



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 27 - Nº 510- DE 15 A 29 DE NOVEMBRO DE 2015 - R\$ 3,00

Guerra na França

Os simultâneos atentados terroristas em Paris deixaram 140 mortos e duas centenas de feridos. O Estado Islâmico assumiu o ataque. A França ensanguentada reflete a guerra colonialista que se trava no Oriente Médio e em países da África.

François Hollande, depois do ataque à revista Charlie Hebdo, em janeiro, prometeu intensificar sua participação nos bombardeios desencadeados pela aliança imperialista, chefiada pelos Estados Unidos, contra o Estado Islâmico e demais movimentos jihadistas. Tem cumprido a promessa com a incursão bélica de seus poderosos aviões na guerra civil da Síria e do Iraque. No início de 2013, ocupou o Mali com tropas, sob a justificativa de combater o terrorismo internacional. Mal pôde esconder seu interesse estratégico de proteger suas fontes de urânio no Níger. Não há como desvincular a ampla intervenção militar que desintegrou o Afeganistão, Iraque, Líbia e que desintegra a Síria dos interesses econômicos das potências e da crise mundial que golpeia duramente o capitalismo.

O terrorismo praticado por organizações e movimentos islâmicos não surgiu e não se fortaleceu apenas pelas contradições internas aos países de economia atrasada, cujo peso do pré-capitalismo é significativo, e cuja cultura religiosa deita raízes nas lutas da idade média. Surgiu, fundamentalmente, pelo domínio imperialista, pelo saque das riquezas naturais, pela imposição de fronteiras nacionais aos povos árabes e pela pressão da cultura ocidental burguesa. Não por acaso, Al Qaeda, Al Nusra, Boko Haram e muitos outros expressam o nacionalismo islâmico. São, sem dúvida, criaturas das nações oprimidas em choque com o domínio imperialista.

Por mais que a Santa Aliança colonialista diga que se trata de uma guerra entre a civilização e os

bárbaros sanguinários, que friamente se transformam em homens-bombas, assassinos em massa e degoladores de prisioneiros, torna-se cada vez mais difícil convencer as massas oprimidas de que a mortandade provocada pela intervenção militar no Iraque, Afeganistão e Síria é justa. Não há como ocultar que a tragédia em Paris é o resultado das ações militares da França em tais países e regiões. Não há como desvincular o banho de sangue na casa de shows Bataclan da carnificina que cobre o Oriente Médio.

Evidentemente, o nacionalismo e o terrorismo não expressam a política socialista do proletariado. São consequências da revolta das nações oprimidas que não contam com o partido revolucionário, cujo programa é o de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, ponto de partida para a superação da escravização do homem pelo homem e do domínio de nações sobre nações.

O nacionalismo e o terrorismo não poderão quebrar os grilhões da dominação imperialista. No entanto, não se pode desconhecer que são expressões das nações oprimidas pelas potências saqueadoras.

O proletariado mundial e, principalmente o francês, está diante da tarefa de tirar as lições dos acontecimentos em Paris, que sacodem os prepotentes colonialistas. Ao contrário de se colocar sob a bandeira de Barack Obama de que o atentado na França é um “atentado contra a humanidade”, há que se dizer que o trágico atentado na França é consequência do intervencionismo militar das potências e, portanto, de sua inteira responsabilidade. Será com a luta anti-imperialista e anticapitalista que varreremos toda sorte de barbárie, entre elas, o terrorismo.

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária – Caminhos da luta de classes

É necessário desenvolver a estratégia revolucionária do proletariado

Tudo indica que no Brasil se abriu um novo momento de conflitos sociais. É parte da nova etapa da luta de classes mundial, impulsionada pela crise estrutural do capitalismo. Crise que tem suas particularidades conjunturais.

Sob os oito anos de governo Lula, o movimento operário, camponês e popular refluíu. No segundo mandato de Dilma, as massas ganharam as ruas com gigantescas manifestações, bloqueios, ataques a prédios governamentais e confronto com a polícia. A jornada de junho de 2013 assinalou a retomada da luta de classes em alto patamar.

A crise econômica que vinha se potenciando desde 2008 eclodiu poderosamente logo no início do segundo mandato da presidente petista. E deu lugar a uma crise política superior às ocorridas desde o fim da ditadura militar. É nessa situação que a luta de classes abre caminhos.

A particularidade está no fato de os explorados se chocarem com as medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais que o governo vem impondo. O “ajuste fiscal” tem de ser tão profundo e amplo que tanto os governos da situação quanto dos da oposição têm de aplicá-lo.

Mas o ponto de partida das lutas não tem sido diretamente o ajuste fiscal. A crise econômica golpeia os empregos e os salários. As demissões em massa, de um lado, e a corrosão inflacionária, de outro, são as tormentas que atingem os explorados como um todo.

Quanto às demissões em massa, a resistência tem sido pontual. Neste preciso momento, os operários da Cosipa se mobilizam contra o fechamento de milhares de postos de trabalho. Em geral, as direções sindicais têm fechado os olhos ou então colaborado abertamente com o patronato. Os acordos do mal denominado “Programa de Proteção aos Empregos”, puxados pelo sindicato metalúrgico do ABC, da CUT, refletem a evidente colaboração antioperária. Certamente, logo essa experiência se esgotará e mostrará que não há outra via senão recorrer à luta de classes.

Quanto aos salários, a população pobre começa a sentir os efeitos do aumento das tarifas, dos alimentos, dos remédios, dos aluguéis e outras necessidades básicas. As campanhas salariais, quando muito, conseguem acordos de reposição. A regra tem sido perdas. Já se observa um rebaixamento da massa salarial nacional.

Inúmeras têm sido as greves em defesa dos salários – professores, funcionários públicos, bancários e, nesse momento, a dos petroleiros. O sindicato metalúrgico do ABC não apenas enterrou a campanha salarial em busca dos acordos do PPE, que reduz os salários, como assinou acordo de reajuste parcelado. Os sindicatos operários em geral simplesmente desconhecem o avanço da alta do custo de vida sobre os míseros ganhos dos explorados. É o que explica o desencadeamento de lutas apenas em alguns setores econômicos mais importantes, como é o caso dos petroleiros.

As greves de professores e do funcionalismo, tanto no âmbito federal quanto estadual, foram as que mais direta-

mente se chocaram com a política econômica dos governos. Os professores das universidades federais sustentaram por quatro meses a paralisação. Os estaduais de São Paulo, três meses. No Paraná, a repressão gerou uma ampla revolta popular. O movimento, de conjunto, mostrou que o governo federal e os estaduais estão sob a mesma política econômica. Tiveram e têm, portanto, de derrotar a luta grevista.

Há que se destacar a combatividade dos docentes paulistas e paranaenses. Foram movimentos de massa. A pequena-burguesia radicalizada avança nos métodos de luta criados pelo proletariado. As gigantescas assembleias impulsionaram a democracia das massas, a despeito da direção burocrática. As massivas marchas e bloqueios indicaram o agudo descontentamento. Mesmo assim não puderam quebrar a inflexibilidade dos governadores do PSDB.

As greves dos bancários e agora a dos petroleiros ficaram atrás quanto à coletivização e os combates de rua. A passividade é uma marca política que enfraquece a coesão coletiva. A burocracia que comanda os petroleiros joga com o tempo de duração. Uma greve geral neste setor em poucas semanas desorganiza a economia. Essa via, a não ser que seja abandonada, certamente prejudicará a greve e sua projeção sobre o proletariado como um todo. O fato é que sua direção majoritária, representada pela FUP, é governista e tem procurado evitar que os operários radicalizem o movimento contra a política antipopular e antinacional de Dilma Rousseff. As iniciativas que buscaram a via das ruas foram reprimidas e contidas.

As características positivas e negativas que se observa no movimento grevista atomizado não devem obscurecer a existência de uma tendência geral de resistência dos explorados. A resposta dos professores, estudantes e pais à reestruturação da rede de ensino de São Paulo indica que as contradições obrigam os oprimidos a reagirem.

O combate à política corporativa da burocracia sindical e a defesa dos métodos coletivos de ação dos explorados tornam-se concretos. Devem basear-se na experiência das massas. A defesa das reivindicações – integradas em um programa coerente –, dos métodos da democracia operária e da tática de frente única de ação será, na situação de crise, melhor compreendida, uma vez que está de acordo com as tendências de luta e com os enfrentamentos das massas aos governos e capitalistas.

É dever dos marxistas não se descuidar da estratégia revolucionária. Em todas as circunstâncias da luta de classes, abre-se a possibilidade para o POR expor, divulgar, propagandear e popularizar a bandeira do governo operário e camponês. Não se pode enfrentar a crise política com os meios da luta de classes sem colocar para os explorados em cada situação de combate a necessidade de se organizar para a tomada do poder. A ampla unidade da maioria oprimida e a constituição do proletariado como força motriz depende do partido se potenciar no seio das massas com a estratégia da revolução proletária.

Brutal saque na extração de minérios, eis a causa da tragédia

Mais de uma dezena de vidas foi arrancada pela avalanche de lama tóxica. Outra dezena, foi estilhada pelo impacto do rompimento da barragem. E centenas de moradores do vilarejo de Bento Rodrigues correram desesperadamente morro acima, fugindo do rio de rejeitos que invadia suas casas.

A bárbara tragédia desse 5 de novembro, que arrancou vidas e que causou danos irreparáveis ao meio ambiente, tem os seus responsáveis. São eles: Samarco, de propriedade da Vale e da multinacional BHP Billiton, e os governos estadual e federal. A Samarco por exercer a brutal extração do minério, visando lucros desenfreados. E os governos porque propiciam o saque dos recursos naturais, não fiscalizam a exploração e entregam empresas estatais a multinacionais, como foi o caso da privatização da Vale do Rio Doce.

Depois da tragédia, vêm as lamentações, as condolências aos familiares, as ajudas “humanitárias” e toda sorte de demagogia e pieguice. Os meios de comunicação enfatizaram os desalojados sendo abrigados no conjunto esportivo da Arena Mariana e depois transferidos para hotéis. A dor das famílias com as perdas de vidas foi sufocada pela montanha de roupas e comidas. A empresa compareceu em nota, dizendo “Lamentamos profundamente e estamos muito consternados com o acontecido, mas estamos absolutamente mobilizados para conter os danos causados por esse acidente”. O governador de

Minas Gerais, Fernando Pimental, e Dilma Rousseff sobrevoaram a área, também se indignaram e anunciaram a irrisória multa de R\$ 250 milhões à Samarco.

O fato é que a Samarco foi considerada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão responsável pela fiscalização de barragens, como de baixo risco e o rejeito de minério, inofensivo para à saúde e ao meio ambiente. Por isso, estava isenta há dois de fiscalização.

Como se vê, as multinacionais se associam a empresas nacionais, ganham licenças para a exploração e se livram de fiscalizações periódicas. Esse rio de rejeitos devasta a natureza, já extremamente saqueada pela exploração capitalista das riquezas. Esse acontecimento denuncia a demagogia do ecologismo burguês. Não há indenização que pague a morte de operários e de familiares! Não há indenização que pague o desastre do meio ambiente!

A classe operária deve responsabilizar a Samarco pelas mortes, pelas perdas materiais das famílias e pelo gigantesco desastre no meio ambiente. Deve responsabilizar os governantes pela não fiscalização das barragens e pelos benefícios que são concedidos às multinacionais na extração de recursos minerais.

A classe operária deve levantar a bandeira de: estatização da Samarco e a reestatização da Vale do Rio Doce, sem nenhuma indenização, sob o controle operário.

Retração econômica e desemprego

A economia brasileira vem encolhendo desde 2009. O PIB chegou a índices negativos. O endividamento do Estado se avolumou. A crise econômica desencadeou uma profunda crise política. O governo Dilma Rousseff caminha sobre cordas bambas. O Congresso Nacional se transformou num palco de disputa interburguesa entre os governistas e oposicionistas. Está atolado em denúncias de corrupção, que envolve os presidentes da Câmara e do Senado, bem como parlamentares de quase todos os partidos. As chantagens dos politiqueiros vêm à tona. O que tem dificultado a aprovação de medidas do Plano de ajuste fiscal, consideradas necessárias para cumprir com o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública.

Em menos de um ano, sob a pressão do PT e do PMDB, Dilma já trocou vários ministros, reforçou as contratações do segundo escalão para agradar os aliados. Aproximou-se dos Estados Unidos na tentativa de evitar sua queda por meio do impeachment. Mas, a crise política não se arrefece. Ao contrário, a Justiça, os tribunais eleitorais e de contas e a Polícia Federal têm agido livremente, condenando o PT e seus principais dirigentes. Um mar de lama cobre os governos petistas e isenta os governos oposicionistas, em particular o do PSDB.

A crise política não tem sido mais grave porque o governo conta com o freio da luta de classes imposto pela CUT e seus

aliados. Com a política de conciliação de classes, os sindicatos operários implantam a redução dos salários (Programa de Proteção ao Emprego), as suspensões temporárias por cinco meses (lay-off), as demissões voluntárias e aceitam os reajustes parcelados abaixo da inflação. O aumento das tarifas de energia elétrica, do gás e do combustível, que recai sobre os explorados, é criticado apenas nos discursos dos burocratas sindicais. As medidas contra as aposentadorias são acobertadas. A campanha cutista contra o ajuste fiscal teve os pés de barro diante da intervenção de Lula de não a combater. O palavreado inflado contra a política de juros altos, que dificulta o crédito e ocasiona as demissões, não tem nenhum efeito prático para os trabalhadores. As greves disciplinadas e corporativas, não permitem a luta geral dos explorados por suas reivindicações. Por essa via, os burocratas sindicais despolitizam o movimento e reforçam os grilhões da dependência dos organismos da classe operária ao Estado, à burguesia e ao governo.

Eis o quadro do desemprego e da retração

- 1) De janeiro a setembro (2015), foram fechados 730 mil postos de trabalho. Se levar em conta o acumulado de 12 meses, houve 1,3 milhão de postos liquidados;
- 2) O setor metalúrgico perdeu 182 mil postos de trabalho. E

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

533 mil somente na indústria;

- 3) A redução dos postos de trabalho ocorreu tanto nas grandes como nas pequenas empresas. As empresas com 1000 ou mais trabalhadores tiveram uma perda de 55.127; as com 100 a 300, 33.551; as com 20 a 50, 23.482;
- 4) As maiores quebras de postos de trabalho se concentraram na região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro);
- 5) A faixa etária mais atingida foi a de 30 a 39 anos, seguida da 18 e 24 anos. Sendo que 81,3% dos demitidos são homens;
- 6) A retração foi maior nos setores de equipamentos de informática, produtos eletrônicos (-29,6%), seguidos de veículos, reboques e carrocerias (-21%), de máquinas e equipamentos (-11,8%) e assim por diante;
- 7) Entre julho e agosto de 2015, foram produzidas 13.746 máquinas agrícolas, o que significou uma redução de 39% em relação ao mesmo período do ano passado.

Como se vê, os capitalistas diante da crise econômica cortam empregos, impõem o arrocho salarial e destroem conquistas trabalhistas. Não há outra via para combater a ofensiva patronal a não ser a luta de classe. As greves, os bloqueios e as ocupações são os métodos dos explorados. A conciliação, os acordos traidores e os discursos inócuos são próprias das burocracias sindicais.

Fechamento da fábrica da Usiminas, milhares serão demitidos

O fechamento da Usina Siderúrgica de Cubatão, antes da

privatização era a estatal Cosipa, golpeará 4 mil trabalhadores, entre efetivos e terceirizados. A Usiminas anunciou que essa fábrica deixará de produzir aço, portanto desligará os fornos, o setor de coquearias e aciaria. Cerca de 40% do aço bruto é produzido pela Usiminas de Cubatão. As justificativas dos capitalistas são a crise econômica, a superprodução mundial e a consequente queda nas vendas.

O sindicato dos metalúrgicos diz que as demissões deverão ser ainda maiores. Segundo empresa, com as 4 mil demissões restariam ainda 5 mil trabalhadores. Dado contestado pelos dirigentes sindicais, que preveem 8 mil postos fechados. A assembleia dos operários decidiu defender os empregos e organizou um protesto, que contou com representantes do município e com o apoio da população. O protesto foi reprimido pela PM que lançou bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta para conter o grupo e prendeu manifestantes. O movimento se dirigiu à porta da prefeitura. A prefeita Márcia Rosa, do PT, que havia decretado ponto facultativo nesse dia, se somou aos manifestantes contra o fechamento da fábrica. Enquanto isso, a fábrica permaneceu cercada pela tropa de choque.

Os operários não podem ter nenhuma ilusão nas ações da prefeita petista. Devem, sim, preparar as condições para a greve com a ocupação da fábrica. A luta dos operários da Usiminas faz parte do combate às demissões e ao desemprego. Daí a importância da luta nacional contra a ofensiva patronal de destruição de postos de trabalho.

Todo apoio à greve dos petroleiros! Abaixo a repressão do governo Dilma!

As bases da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) começaram a greve dia 29/10. As bases da Federação Única dos Petroleiros (FUP) entraram em greve a partir do dia 01/11. Os petroleiros reivindicam reajuste salarial, garantia de direitos trabalhistas, fim das demissões e contra a privatização da Petrobrás.

O governo, empenhado em impor o ajuste fiscal, tem se mostrado intransigente. Nega as reivindicações e utiliza a repressão policial e judicial. Pediu à justiça do trabalho que decreta o chamado “interdito proibitório”, que multa os sindicatos. No Paraná e Bacia de Campos, chegam a R\$ 100 mil diários. O governo do PT jogou a polícia contra os grevistas, reprimiu trabalhadores e prendeu lideranças. Dois petroleiros foram presos em Guararema/SP. O episódio da prisão do conselheiro de administração da Petrobrás, Deyvid Bacelar, e de dois integrantes do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindpetro-BA), na noite do dia 2/11, quando ocorria um ato pela greve dos trabalhadores da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na região metropolitana de Salvador, mostra a conduta autoritária de Dilma. O governo finge que negocia e, ao mesmo tempo, ordena a repressão e criminaliza judicialmente a greve.

A greve petroleira segue a tendência geral de luta contra as medidas do ajuste fiscal. Vimos o que aconteceu na greve dos professores da rede estadual de São Paulo. Vimos o que aconteceu com a greve das universidades federais. Vimos a greve bancária. Em todas elas, ressalta a intransigência dos governos e dos capitalistas e a firmeza em aplicar as diretrizes do ajuste

fiscal. Mas a greve petroleira tem um diferencial: trata-se de um setor da classe operária que lida com a produção de uma mercadoria estratégica na economia capitalista.

A paralisação da produção de gás e derivados do petróleo afeta diretamente a maior parte dos demais setores da economia. Daí que a greve petroleira tem condições de se colocar com muito maior força diante do governo Dilma e de seu ajuste fiscal. Está aí também por que se usou de maior força repressiva contra o movimento.

Em poucos dias, a paralisação afetará o consumo. A escassez ou elevação dos preços do gás e combustíveis projetará a greve para o conjunto da população. É fundamental, portanto, que os petroleiros ganhem as ruas e que a FNP e a FUP estejam firmemente unidas. Os petroleiros não podem se intimidar diante da ordem policial de impedir as manifestações e bloqueios. O governo sabe que esse é o caminho para a greve ganhar apoio da população. O bloqueio da BA-522 no dia 5/11, pelos grevistas da Refinaria Landulpho Alves, em uma manifestação contra a prisão de Deyvid, mostra isso.

A greve dos petroleiros tem pressionado no sentido de romper a divisão entre as federações sindicais e realizar a unidade na luta. Qualquer divisionismo nesse quadro representa o fortalecimento do governo diante da greve. Até mesmo a direção da FUP, que apóia Dilma, teve de se colocar pela greve diante da intransigência governamental e ameaça de cortes de direitos trabalhistas. O plano de maior privatização da Petrobrás ganhou importância nesse quadro.

A defesa da Petrobrás é um ponto importante da pauta. Não deve servir como barganha nas negociações das reivindicações salariais e de direitos. É possível que o governo tente desmobilizar a greve a partir de alguma medida de maquiagem sobre a estatal, como o disciplinamento e maior transparência das compras e negócios ou anúncio de investimentos. Os petroleiros, ao erguerem suas reivindicações salariais e trabalhistas, podem ser um ponto de apoio para derrotar o ajuste fiscal – derrota do governo que é uma necessidade do conjunto dos trabalhadores.

Cabe a todos os sindicatos e centrais, às organizações populares, camponesas e da juventude se colocarem ao lado dos petroleiros nessa luta. Mobilizar as bases, convocar as assembleias e plenárias de base, organizar as manifestações e bloqueios de ruas e avenidas. Discutir as reivindicações e a necessidade de pôr abaixo o ajuste fiscal, as demissões e arrocho salarial.

Uma vitória dos petroleiros mostrará à classe operária e demais explorados o caminho do enfrentamento ao desemprego, à alta do custo de vida e à ofensiva reacionária do governo em destruir direitos trabalhistas e previdenciários. Um grande movimento unitário nacional, que una a todos em uma greve geral é a condição para quebrar a ofensiva capitalista contra a vida da maioria oprimida.

Sem dúvida, a luta contra o avanço da privatização e desnacionalização da Petrobrás é estratégica para o movimento

PT na mira

Juiz Sérgio Moro aponta para o alvo principal

O deputado e líder do PSDB na Câmara Federal, Carlos Sampaio, sentenciou em uma das sessões da CPI da Operação Lava Jato: “O PT deve acabar”. No momento pareceu um destempero de um reacionário. Mas, de fato, tinha sentido. Não está claro se Sampaio expressou um desejo de todo o PSDB, que cada vez mais se coloca à direita dos partidos da burguesia, em aliança com o DEM. Uma conclusão é certa: o direitista Carlos Sampaio não falou apenas o que lhe veio à cabeça. Agora, com a ofensiva bem definida do juiz federal Sérgio Moro contra o PT, apresentado como alvo a descoberto, torna-se mais clara a ligação do que foi declarado pelo parlamentar peessedebista na CPI com os objetivos de órgãos policiais-judiciais.

O Ministério Público Federal pediu a quebra de sigilo telefônico do PT e o juiz mais do que depressa atendeu. O tesoureiro petista, João Vaccari Neto, preso, não aceitou a oferta da delação premiada. Sem uma prova concreta, Moro se vale da quebra do sigilo telefônico. A tese da polícia e do Ministério Público é a de que a Editora Gráfica Atitude, que tem por sócios os sindicatos dos metalúrgicos do ABC e dos bancários de São Paulo, ambos umbilicalmente vinculados ao PT, serviu de instrumento para lavagem de propinas provenientes da corrupção na Petrobrás.

A tentativa de atingir o partido como instituição se apresentou no processo do mensalão. O intento, porém, não foi além da prisão de algumas das mais proeminentes figuras do PT. Em nossas análises desse conflito, demonstramos como o Judiciário livrou o PSDB de um processo do que se convencionou “mensalão mineiro”, que serviu de base para as falcaturas do PT. O mesmo se passa agora com a Operação Lava Jato.

operário. Trata-se de enfrentar de um lado o entreguismo da burguesia nacional e, de outro, os interesses do imperialismo. Está aí por que os petroleiros não podem permanecer no meio do caminho, contrapondo apenas a novas medidas de privatização. É preciso levantar a bandeira de estatização integral da Petrobrás, sem indenização, sob o controle operário da produção. Medida essa que deve fazer parte do programa anticapitalista e anti-imperialista de expropriação geral do grande capital e, portanto, da luta por um governo operário e camponês.

Reforçamos a necessidade de que FNP e FUP supere o divisionismo e constituam uma frente única sindical baseada na defesa comum das reivindicações, nas assembleias, nas manifestações e nos bloqueios, que nenhuma negociação seja feita em separado com o governo, que nenhuma federação dê um passo à frente da outra sem que seja para garantir o método da ação direta e o fortalecimento da unidade das bases grevistas.

Todo apoio à greve dos petroleiros!

Abaixo a repressão do governo Dilma!

Fim da legislação antigreve! Pelo direito de manifestação e expressão!

Convocar assembleias em todos os setores! Ir às ruas em apoio à greve petroleira! Pôr abaixo o ajuste fiscal!

Estatizar integralmente a Petrobrás, sem indenização aos parasitas! Estabelecer o controle operário da produção!

Somente o PT é alvo, quando o PSDB e PMDB estão profundamente envolvidos com o financiamento de campanha pelas empreiteiras que se locupletaram com os contratos da Petrobrás.

O juiz Moro não procurou mostrar a ligação desses partidos com as quadrilhas que se movem no seio do Estado, limitando-se a figuras como o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Nota-se que os métodos de investigação policial e de imputação judicial seguem um desígnio político. No caso, trata-se de liquidar o PT. No processo do “mensalão”, não foi possível colocar na rede da justiça o presidente Lula. No caso presente, a força tarefa de Moro aperta o cerco ao principal progenitor e caudilho do PT.

A PF vazou a informação que o Instituto Lula e a empresa LILS Palestras, Eventos e Publicações receberam da Odebrecht cerca de R\$ 4 milhões. Nada ainda foi comprovado. A Operação Lava Jato não investiga Lula, segundo as notícias. Mas o Ministério Público do Distrito Federal apura se a suspeição sobre o ex-presidente se confirma. Em uma manobra provocadora, no dia do aniversário de Lula, a casa de seu filho, Luis Cláudio Lula da Silva, foi vistoriada no adentrar da madrugada.

A PF abriu uma nova frente de investigação, denominada Operação Zelotes. Estariam envolvidos o ex-ministro da Casa Civil Gilberto Carvalho e o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega em negócios com lobbies industriais e com amigos empresários. Não é preciso detalhar a condenação das contas de Dilma pelo TCU, que nunca investigou seriamente as contas de qualquer governo; e reabertura de investigação das contas de campanha eleitoral do PT no TSE. A regra é que os grandes

partidos da burguesia fazem e desfazem, servem a interesses mais espúrios do grande capital e dão guarida a bandidos da política sem serem molestados pelas instituições da República. Em se tratando de um partido que não nasceu diretamente das entranhas da burguesia e que acabou por arrancar o PSDB e o DEM do comando da máquina estatal, a noção de valores muda.

A derrota de Aécio Neves, que tinha como certa a vitória, se transformou em uma fúria diária contra Dilma, que passou a ser ameaçada em seu mandato desde a sua diplomação. Por trás do PSDB, foram se erguendo os aparatos judiciais e policiais, somente as Forças Armadas aguardam à distância o desenvolvimento da crise política e o caminhar da luta de classes. É sintomática, no entanto, a manifestação do general Antonio Hamilton Martins Mourão, que atacou os políticos em geral e o governo em particular, conclamando à “luta patriótica”. A imediata exoneração do cargo de comando e transferência para um departamento administrativo do Exército pareceram uma afirmação de que os generais não pretendem, no momento, intervir. Ficou registrada, não obstante, a preocupação dos militares. Em um artigo, o general Rômulo Bini Pereira fez a defesa de Mourão e deixou a mensagem: “Que sejam um alerta à sociedade quanto ao crítico estado de iminente ingovernabilidade do País”.

Tudo indica que o PSDB não conseguiu unir a burguesia em torno do impeachment. A “ingovernabilidade” a que se refere o militar não se resume apenas à fraqueza de Dilma e ao estado de putrefação do Congresso Nacional, mas também ao processo chefiado pelo PSDB de derrubada do governo. Diante do desvio do foco da crise para a cassação do mandato do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, um tal de Ivan Schmidt, chefe de um tal Comando Nacional do Transporte, decidiu convocar bloqueios das estradas, sob a bandeira de renúncia de Dilma Rousseff. A Confederação Nacional dos Transportes Autônomos (CNTA) se pronunciou contra o movimento paralista. Em vários estados, ocorreram bloqueios. Como não contaram com o apoio geral da burguesia, bastou a ameaça de pesadas multas para que Ivan Schmidt recolhesse seu movimento. No final das contas, foi uma vitória do governo, que pesará contra as ações pró-impeachment do PSDB/DEM.

Nesse quadro da crise política passa a ressaltar a ofensiva do juiz Moro ao PT e a Lula. Veremos logo mais qual será o desdobramento das medidas de quebra de sigilo telefônico do partido e de ex-ministros do governo Lula.

Depois de muita contemporização, a direção petista resolveu acusar o juiz Sérgio Moro e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, de atuarem no sentido de criminalizar o PT. Foi lançada uma cartilha em que explicam as manobras dos adversários para atingir o objetivo final de “cassar o

registro do partido”. Paira sobre a situação política um clima de conspiração. A propaganda de que se trata da democracia funcionando e da independência dos poderes sendo praticada mal esconde os interesses do PSDB se impondo pela via das investigações policiais e medidas judiciais seletivas.

Um dos objetivos estratégicos da direita burguesa, instalada no aparato estatal, é a de desmoralizar irremediavelmente o caudilho Lula e seu partido. Não parece que terá de ir às últimas consequências cassando o registro. O Ministério Público e a Polícia Federal indicaram que o próximo passo será o de exigir que os partidos envolvidos no escândalo da Petrobrás devolvam o montante recebido ilegalmente. O PSDB não tem o que temer, embora tenha sido o segundo em receber milhões das empreiteiras. O PMDB se safará facilmente. Restará ao PT arcar com a devolução do dinheiro. Se esta via se impor, a quebra financeira do partido se encarregará de colocá-lo em seu devido lugar entre os partidos da burguesia.

Quanto mais o PT e Lula se mostrarem incapazes de mobilizar a classe operária em sua defesa, mais tranquilo será o processo de seu desmantelamento. O PSDB e a fração capitalista radicalmente opositora ainda temem a recuperação do PT com a candidatura de Lula em 2018. Se a derrubada de Dilma pelo impeachment se tornar definitivamente inviável, pelo menos que o PT seja reduzido a frangalhos, pensam.

Há um reconhecimento de uma poderosa fração capitalista dos serviços prestados pelo governo Lula e pelo braço sindical do PT. A CUT, tendo à frente o sindicato metalúrgico do ABC, conseguiu armar uma política de conciliação de classes, baseada nas multinacionais, que burocracia sindical alguma conseguiu no sindicalismo brasileiro. Armou-se uma forte trava à luta das massas. Em uma situação de crise econômica como a do momento e de ofensiva geral da burguesia contra a vida dos explorados, a CUT continua servindo de instrumento de contenção dos instintos de revolta do proletariado.

A análise e o entendimento do processo da crise e das disputas interburguesas são necessários para não se cometer desatinos, como os de parte da esquerda que tem servido de muro de arrimo ao governo burguês de Dilma, antipopular e antinacional.

As tarefas que se desprendem da situação objetiva estão claras: partir das necessidades da maioria oprimida, que recebe todo peso da desintegração do capitalismo, e desenvolver a estratégia de poder da classe operária. Diante das lutas locais e parciais, deve-se trabalhar por generalizá-las, defendendo as reivindicações de todos os explorados e organizando as greves, as manifestações, os bloqueios; pondo em pé os comitês de defesa operário-popular; combatendo pela independência política dos explorados e propagando a estratégia do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Adquira com o distribuidor deste jornal:



**Che Guevara e Nós
(Foquismo e Guerrilhas)**

Guilherme Lora

**Partido
Operário
Revolucionário**



MASSAS

Derrubar o Plano de Alckmin de fechamento de escolas, superlotação de salas e eliminação de turnos com os métodos dos explorados

A resistência do movimento e as ocupações

Após a greve de 92 dias dos professores da rede estadual de ensino, que tinha como reivindicação central a reposição salarial e o fim dos contratos precarizados, o governo anunciou a chamada “reorganização”. Um Plano de fechamento de 94 escolas, transferência de 311 mil estudantes e a criação de escolas de um único ciclo. Seu plano de ataque à escola pública era mais ousado, mas o movimento o obrigou a limitá-lo temporariamente. Anunciou apenas o fechamento para 2016. No entanto, não pôde esconder as consequências que vão desde o desemprego de milhares de professores, a salas de aula superlotadas com a transferência de alunos, o transtorno para as famílias pobres e a precarização ainda maior das condições de trabalho.

A resposta dos estudantes e trabalhadores da educação foi imediata. Manifestações ocorreram nos bairros, nas cidades do interior, nas diretorias de ensino, na Secretaria da Educação, nas grandes avenidas e no Palácio do governo. Diante do autoritarismo de Alckmin, a assembleia da Apeoesp aprovou a bandeira de: escola fechada, escola ocupada. E nessa semana, várias escolas foram ocupadas pelos estudantes. A ocupação da tradicional escola da capital, Fernão Dias, ganhou projeção. Alckmin, por sua vez, responde com a violência policial e com a mesma campanha usada na greve dos professores de que se trata de uma ação partidária do PT.

As próximas semanas serão decisivas para o movimento. O governo tenta a reintegração da escola pela via judicial e policial. A ordem de desocupação da escola Fernão Dias foi expedida, aguarda-se o momento para polícia intervir. Testa a capacidade de resistência dos estudantes e o impacto que poderá causar uma reintegração dessa natureza. Ao mesmo tempo, continua com o cronograma do Plano, que inclui a reunião com os pais no dia 14 e a intensa campanha de desmoralização do movimento e da Apeoesp junto à imprensa vendida.

Objetivo de Alckmin

O objetivo do governador é cortar gastos com a educação pública. Segue, assim, a orientação da política de ajuste fiscal de Dilma/Levy. O fechamento e a imposição da escola de um único ciclo são medidas de contenção de “gastos”.

Assim que Alckmin anunciou a “reestruturação”, outros governadores tentaram fazer o mesmo. O do Paraná, Beto Richa, mostrou a mesma intenção, mas a resistência que vem ocorrendo em São Paulo e o recente conflito com os professores em seu estado o forçou a recuar temporariamente.

Está aí por que a vitória do movimento em São Paulo é fundamental para quebrar essa ofensiva dos governadores contra



Fernão Dias ocupada e cercada pela polícia em São Paulo, bairro de Pinheiros, com apoio de estudantes e pais do lado de fora

o ensino público. E, por sua vez, potenciar a via de luta contra o conjunto de medidas que compõe o ajuste fiscal.

Alckmin ressuscita o Plano Covas

A “reorganização” da rede de ensino é uma medida requeitada do PSDB. Foi utilizada em 1995, por Mário Covas e Rose Neubauer, que dividiu as escolas para avançar a municipalização sobre o ensino fundamental. As consequências foram violentas: fecharam-se centenas de escolas, superlotou salas de aula, ampliou as terceirizações (merenda, cozinha, limpeza, inspetores, etc.), colocou uma parcela de professores na condição de adidos (salários reduzidos), desempregou 20 mil e descolocou milhares de alunos para escolas distantes, o que fez crescer a evasão escolar.

As justificativas foram e são as mesmas: “reorganizar” para melhorar a aprendizagem. Os dados oficiais, medidos pelo Saesp, comprovam a falácia dos governantes. O fato é que o ensino só piorou. Basta que olhemos a situação das crianças e adolescentes, que passam pelas escolas e nada aprendem. E a tendência é de agravamento dessa situação, tendo em vista os cortes de recursos, a precariedade das escolas, as condições de miserabilidade dos professores, o desemprego e a pobreza que golpeiam as famílias que utilizam a escola gratuita.

Superar a fragmentação e o divisionismo sindical

A política de Alckmin é dividir cada vez mais os trabalhadores da educação. Nas escolas, a fragmentação é grande. Há os professores e funcionários efetivos, há os contratados da categoria “F” (estabilidade por 10 horas semanais), há os da categoria “O” submetidos à duzentena e às leis draconianas, há



Salvador Allende, ocupada na zona leste de São Paulo

os trabalhadores terceirizados e há uma camada de “gestores” (diretores, coordenadores, professores mediadores, etc). Com essa divisão, Alckmin tem conseguido impor medidas de arrocho salarial, de eliminação de direitos e ampliado a exploração do trabalho. Nesse momento, aposta na divisão (escolas que serão fechadas e escolas que permanecerão).

Por outro lado, há uma divisão imposta pelas burocracias sindicais. A maioria dos sindicatos/associações é porta-voz do PSDB. É o caso da Udemo, CPP e Apase. Outras, como a Afuse, são dirigidas pela corrente petista (oposição ao PSDB), mas que não move uma palha na organização dos funcionários para a luta. Sequer convoca assembleias para decidir a campanha salarial. O exemplo da burocracia da Afuse durante a greve de 92 dias dos professores espelha bem sua política corporativista e deslocada das reais necessidades dos funcionários de escola.

Ainda mais. Os estudantes não contam com os grêmios nas escolas. E a UBES, UMES e UNE são entidades superestruturais. Só aparecem quando os conflitos já estão nas alturas. Não têm uma política de organização dos estudantes secundaristas. São dirigidas pelo PCdoB e PT, portanto carne e unha do governo petista. Não podem ser consequentes na defesa da educação gratuita porque se choca com as diretrizes do ajuste fiscal e com o Plano Nacional de Educação, forjado pelo MEC.

Por sua vez, os pais serão afetados pelo Plano de Alckmin têm participado de assembleias nas escolas e uma parcela vem atuando nas manifestações nos bairros, nos municípios e na capital. Porém, a força dos pais também está dividida entre as escolas que serão fechadas e as que serão “reorganizadas”. Pesa também as condições de existência das famílias, cujos pais enfrentam a brutal jornada de trabalho, que dificulta a atuação no movimento. A constituição dos comitês populares, infelizmente, ainda não ganhou força para aglutinar os pais para essa luta coletiva.

A Apeoesp, por sua vez, assumiu a direção do movimento de resistência. Comparece perante o governo do PSDB como sindicato que organiza as manifestações dos estudantes e professores e que dirige as greves. Por isso, Alckmin desfecha duros ataques à sua direção, que vai da campanha na imprensa até as multas. Porém, não podemos ocultar que a direção da Apeoesp é do PT, o que a impede de travar um combate consequente à política do

PSDB. Isso por que tanto o PT quanto o PSDB aplicam a mesma política de ajuste fiscal. Atua, assim, contraditoriamente. Sob a pressão do movimento, a direção assume posições mais radicalizadas, como a da ocupação e dos bloqueios. Porém, trabalha paralelamente com os seus métodos, que são as ações judiciais e as audiências com parlamentares.

Alckmin vem obtendo êxitos, como o do reajuste zero, porque conta com as divisões internas nas escolas e com a profunda divisão dos aparatos sindicais.

A tarefa do movimento de resistência está na superação dessas divisões. Certamente, essa vanguarda que vem despontando na luta deve ter como objetivo: reerguer os grêmios livres nas escolas, dar vida aos comitês populares e trabalhar pela unidade sindical (um só sindicato da educação), o que implica no combate à burocratização e ao corporativismo das direções.

A farsa da “reorganização” das escolas será desmascarada nas ruas

O governador do PSDB e seu secretário da educação tentam de todas as formas convencer a população de que a tal da reorganização trará melhores condições de aprendizagem. Que se trata de uma medida pedagógica: aluno pequeno tem de estar separado dos maiores. Que uma escola de um ciclo facilita a aplicação dos métodos pedagógicos apropriados à idade. Usam a imprensa vendida para a propaganda dos benefícios da “reorganização”. Nos jornais de grande circulação, pagam acadêmicos para avaliar essa medida. Trata-se, como se vê, de um enorme cerco para ganhar os incautos.

A força do movimento está nas ruas. As manifestações gigantescas contra o Plano de Alckmin permitem expressar suas reais razões e desmenti-lo diante da população.

Ao contrário do Plano do PSDB, a melhoria das condições de ensino está na redução do número de alunos por sala, no fim dos salários de fome, na redução da jornada sem diminuir os salários, na estabilidade dos professores contratados e no fim da terceirização por meio da efetivação de todos. Essas melhorias e outras só serão alcançadas com a luta direta. E é pela via da ação coletiva que uma parcela de trabalhadores da educação e estudantes se colocará na defesa do programa do proletariado de derrota do sistema capitalista, principal causa da decomposição do ensino.

Defender a escola pública é uma tarefa da classe operária e demais explorados

A defesa da escola pública é uma tarefa não só dos trabalhadores da educação e estudantes. Faz parte do programa da classe operária de luta pelo direito democrático de acesso aos estudos. A burguesia e seus governantes, veja o exemplo de Alckmin, não podem garantir direitos elementares, como o da educação pública. Ao contrário, se voltam contra eles para impor os ajustes fiscais e as diretrizes ditadas pelas potências imperialistas. Está aí por que a defesa do ensino gratuito passou para as mãos do proletariado e demais oprimidos. Será imposta com os métodos da luta de classes. É na luta pelas reivindicações elementares que daremos os passos para pôr abaixo os planos burgueses contra a vida das massas oprimidas.

Boletim da Corrente Proletaria Estudantil distribuído em escolas ocupadas**– Escola fechada, escola ocupada!****– A mais ampla unidade dos estudantes com os trabalhadores da educação****– Uma só voz dos estudantes e pais contra o fechamento e a transferência****– Intensificar os protestos de rua, os bloqueios e generalizar a ocupação das escolas fechadas**

A ocupação da Escola Fernão Dias continua, apesar do cerco policial, da pressão da tropa de choque e da campanha do governo Alckmin na imprensa. Tem a seu favor a disposição dos estudantes em resistir ao fechamento da escola pelo governo, enfrentando a política de ajuste fiscal, que é o que está por trás do fechamento de 94 escolas em todo o Estado. Tem a seu favor o apoio de centenas de estudantes, professores e pais de estudantes que cercam a escola de solidariedade. Por isso, essa ocupação se projetou nos noticiários e se transformou em uma trincheira de luta do movimento de estudantes e professores contra o fechamento de escolas. É assim que outras escolas em diferentes bairros da cidade e em cidades vizinhas também se organizaram para impedir o fechamento de suas escolas por meio da ocupação.

São elas: Escola Estadual Diadema; Salvador Allende, na Zona Leste; Castro Alves, em Santana (Zona Norte); Valdomiro Silveira, em Santo André; Profª Heloisa de Assumpção, em Osasco.

O apoio à ocupação da Fernão Dias é fundamental para resistir ao cerco e à repressão a mando do autoritário Alckmin. Mas é preciso seguir o caminho das escolas acima e generalizar o movimento. Nossa bandeira de “fechou, ocupou” deve se concretizar na ocupação de dezenas de escolas. Devemos unificar essas ocupações e o apoio a elas em grandes manifestações de rua. Aumentar a pressão sobre o governo, responder à repressão e ao autoritarismo, com dezenas de milhares ocupando as ruas e as escolas em toda parte. É tarefa das organizações gerais dos estudantes (UBES, UMES, ANEL) e de professores (Apeoesp) trabalhar pelo fortalecimento das atuais ocupações e pela sua

generalização.

O que é fato: a reorganização fechará escolas e entulhará alunos nas escolas vizinhas. Ampliará a concorrência por aulas entre os professores. Aumentará a precarização do trabalho e ensino com as salas de aula superlotadas. Elevará o contingente de trabalhadores da educação com problemas físico-mentais. Portanto, o Plano de Alckmin é para cortar recursos da educação. Não há nada de pedagógico. O que há é a aplicação da política de “ajuste fiscal”.

A melhoria das condições de ensino está na redução do número de alunos por sala, no fim dos salários de fome, na redução da jornada sem diminuir os salários e na estabilidade dos professores contratados e dos trabalhadores terceirizados, por meio da efetivação de todos.

O fechamento de escolas é parte do ajuste fiscal, que ataca direitos, arrocha os salários de trabalhadores, e leva às demissões. Os petroleiros greve por reajuste salarial e contra a privatização da Petrobras e foram atacados pela repressão policial, os trabalhadores da Usiminas estão se mobilizando para defender seus empregos e sofrendo repressão policial. A unificação de todos os movimentos para por abaixo o ajuste fiscal, garantir o emprego e a reposição plena dos salários é mais que necessária.

A defesa da escola pública é uma tarefa da classe operária e dos demais explorados. Será defendida com o programa que combina as reivindicações elementares, como o acesso aos estudos, com as de transformação social. E pelo método da ação direta e independente das massas. Não será pela via eleitoral (“terceira via”) que se enfrentarão os ataques gerais dos capitalistas e de seus governos.

Balanço da X Assembleia Nacional da ANEL

A assembleia nacional da ANEL, realizada nos dias 31 de outubro e 1 de novembro, contou com a participação de aproximadamente 200 estudantes. Reeditou-se o III Congresso, com resoluções extensas (porém sem a possibilidade de apresentação de teses antecipadas), enfoque nas opressões e uma grande indisciplina política. A plenária final se iniciou com um vídeo de pouco mais de meia hora, que exibia partes do III Congresso da ANEL. Com o tempo reduzido, as resoluções foram aprovadas por blocos e “consenso”. O atropelo ficou claro na única resolução sobre “conjuntura internacional”, que apareceu de surpresa, sem que se tivessem teses antecipadas para a assembleia ou um espaço reservado para discutir a situação internacional. O imprevisto, a concentração de temas sobre as opressões e a falta de decisões práticas mostraram uma Anel dirigida pela política pequeno-burguesa. O distracionismo e a indisciplina, portanto, se tornaram inevitáveis, embora houvesse uma parcela minoritária consciente da necessidade de constituição de uma política proletária para a juventude.

Assembleia aprova terceira via [eleitoral], opondo-se à defesa dos empregos, salários e direitos

A primeira resolução discutida e votada foi sobre a “conjun-

tura nacional”. De fato, era a votação que iria colocar o norte das campanhas da ANEL. A resolução aprovada, apresentada pelo PSTU, foi a de reafirmar a defesa da terceira via eleitoral, em oposição ao governismo e à oposição de direita. Defenderam que era preciso levantar os nomes de nossos inimigos, os governantes e parlamentares, desconhecendo que expressam frações ou grupos econômicos da burguesia.

O MRT (ex-LER-QI) procurou se diferenciar, colocando a necessidade de uma “orientação classista”, mas deixou à margem de sua formulação abstrata a luta de classes e a estratégia revolucionária do proletariado. Negou-se a fortalecer posição do POR que insistiu na necessidade da defesa geral dos empregos, salários e direitos.

No fundamental o MRT convergiu com a linha geral do PSTU da terceira via, propondo que se adotasse a bandeira de “Fora Dilma, fora todos”. Os centristas se negam a desenvolver no seio das massas a estratégia do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado, ao mesmo tempo, que se cobrem da bandeira mágica (eleitoral) de “Fora Dilma, fora todos”. Nota-se que sua militância despolitizada e festiva não se atém a compreender o conteúdo de classe das bandeiras.

A Corrente Proletária Estudantil (POR) se distinguiu por defender que a prioridade da ANEL devia ser a luta contra o ajuste fiscal dos governos e contra a ofensiva dos capitalistas descarregam a crise sobre os explorados. A Assembleia Nacional da Anel tinha de levantar as reivindicações gerais dos explorados de defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas e políticos. E vinculá-las à estratégia de poder do proletariado. A luta deve ser travada em ampla unidade com os movimentos sindicais e sociais com base na democracia e métodos da classe operária, ou seja, com independência de classe frente à burguesia. Por essa via, a Anel não ficaria sujeita à política eleitoralista das esquerdas democratizantes.

Repressão: Fim da PM ou Fim das polícias

Novamente a discussão sobre o papel da PM apareceu. A resolução aprovada foi de “fim da PM”. A discussão sobre o fato dos policiais virem da “classe trabalhadora” mostrou a esdrúxula divergência entre os morenistas (PSTU) e filomorenistas (LER-QI/MRT). Tem a ver se se deve apoiar ou não uma greve da polícia. Essa infundável discussão no campo dos centristas e revisionistas do trotskismo se deve a que não têm programa, não guiam suas política pela estratégia e, portanto, não podem ter uma política militar marxista.

O absurdo tomou tal proporção que se discutiu a artificiosa distinção entre a bandeira de fim da PM e fim de toda polícia. No fundo, os centristas desviaram a compreensão sobre o papel do aparato militar e policial na conformação da ditadura de classe da burguesia. Como não aplicam a teoria marxista-leninista do Estado, se perdem nas nuvens do democratismo sobre o fim da PM. Quem não sabe que há setores da burguesia que acham que a PM deve ser modificada no caráter dado pela ditadura militar? Toda vez que se destaca como máquina de matar ressurgem a discussão de reforma da PM. A bandeira do Fim da PM, desvinculada da tarefa de destruir todo aparato que sustenta a ditadura dos capitalistas, reflete capitulação diante dos democratizantes burgueses, cuja atitude diante da polícia assassina não passa de hipocrisia. Há que se defender, como faz o POR, claramente o desmantelamento do braço armado da burguesia, como parte da luta revolucionária pelo poder. Qualquer discussão sobre a PM desvinculada da estratégia é perfumaria pequeno-burguesa.

Vale ressaltar que em meio ao bloco de “conjuntura nacional” foi aprovada uma resolução contra a repressão genérica. Será engavetada. É sintomático que a proposta do POR da Anel organizar os comitês contra a repressão simplesmente foi cortada pela comissão de sistematização e não encaminhada em nenhum dos blocos. Esse tipo de manobra rasteira se tornou um método corriqueiro de funcionamento “democrático” da Anel.

Assembleia se nega a destruir a burocracia estudantil da UBES

A assembleia aprovou a incorporação ao movimento dos secundaristas e um ato para o dia 13 de novembro com tema “#naofecheaminhaescola”. Essa decisão não passa de uma obrigação elementar. Houve outra votação: boicotar ou não o 41º congresso da UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), que ocorrerá em Brasília entre 5 e 8 de novembro. Aprovou-se o boicote com o discurso de que a entidade é burocrática, que esteve por fora das lutas dos secundaristas contra o fechamento das escolas públicas. Nada além do evidente. Porém, essa desculpa esconde o divisionismo da ANEL, além

de sua impotência perante a tarefa de organizar os estudantes a nível nacional.

A Corrente Proletária defendeu participação, mostrando que é no seio da unidade organizativa que se travará a luta contra as tendências conciliadoras, governistas e pró-capitalista. Mostrou que seria um erro não aproveitar o momento de ascenso do movimento em São Paulo e depois de meses de greve dos institutos federais para varrer a direção governista da entidade. Abrir mão de participar do congresso é abrir mão de fazer a disputa dos estudantes secundaristas contra a direção governista e imobilista. Os nossos delegados se empenharam em convencer a Anel de que é seu dever lutar pela organização dos estudantes secundaristas em nível nacional, constituindo uma direção que encarne a política proletária.

Aprovou-se a participação da ANEL em todas as eleições de entidades estudantis com o programa de combate ao governismo, em acordo com a política de frente eleitoral com o reformismo, e um chamado à oposição de esquerda da UNE (PSol) a romper com a “Frente Povo sem Medo”, governista. Enquanto o PSTU defendia a posição aprovada, o MRT questionou sobre como convencer os estudantes da necessidade de romper com a frente governista se dentro dos DCE's o PSTU faz frente com o PSol? É claramente mais um apelo para que o PSTU faça as frentes com o MRT e não com o PSol e que se formem as chapas da ANEL com o MRT incluso. Isto apesar do MRT reivindicar seu ingresso no PSol, o que deu à proposta um conteúdo hipócrita. Para o PSTU, uma chapa antigovernista é uma chapa contra o PT, onde este se organiza, e isso significa fazer a frente com o PSol, que fazia parte do chamado terceiro campo eleitoral, mas o abandonou e agora compõe a “Frente Povo sem Medo”, também governista. O mesmo MRT que aprovou no seu último congresso a entrada no PSol defendeu as chapas “puro sangue” da ANEL. As eleições burguesas permeiam o movimento estudantil e a ANEL está submersa nesse pântano democratizante e de disputas aparelhistas. Reside aqui a prática morenista das duas correntes em buscar os “aliados” preferenciais para disputa de aparato. O que menos importa às variantes do morenismo é o programa, as reivindicações e as tarefas concretas. A discussão em abstrato sobre com quem se aliar nas eleições estudantis serve ao oportunismo.

Combate às opressões é aprovado em oposição à luta de classes

Foi aprovada uma série de resoluções sobre o problema das opressões, cujo conteúdo é reformista, de pressão parlamentar e que dissocia a opressão às “mulheres, negros e LGBTs” da luta de classes.

O POR defendeu a tese leninista de que toda forma de opressão é uma manifestação da opressão de classe e que a defesa de todos os oprimidos faz parte da luta anticapitalista, da luta pelo socialismo. Que não se pode fazer uma defesa de nenhum setor oprimido à margem das reivindicações gerais: a defesa dos empregos, salários e direitos é uma defesa fundamental para estes setores. Que as defesas concretas específicas, como “trabalho igual, salário igual”, devem ser vinculadas e incorporadas pelo movimento geral dos oprimidos dirigidos pela classe operária com o programa revolucionário. Como era de esperar, os centristas se irmanaram contra a posição do POR.

Congresso finaliza com acordo e com novo ENE 2016

A CEN (Comissão Executiva Nacional) foi aprovada na ple-

nária final por aclamação, encerrando a X Assembleia Nacional. Ela foi construída de maneira antecipada através de um acordo entre PSTU e MRT, o que foi anunciado na plenária. O fato da direção nacional da entidade ser definida sem uma disputa política só demonstra o caráter superestrutural e burocrático da ANEL.

Além disso, foi aprovado um ENE (Encontro Nacional de Estudantes), para junho de 2016. Seu sentido é buscar aproximar a esquerda da UNE. Essa movimentação tem o mesmo caráter daquela que formou a ANEL no CNE (Congresso Nacional de Estudantes), sem sequer um balanço sobre a entidade anterior, a Conlute: o de fortalecer uma entidade estudantil nacional através de acordos entre correntes. É preciso ressaltar que prima a política de aparatos sobre as reais necessidades organizativas dos estudantes. Assim, mais uma vez o caráter

superestrutural e burocrático da ANEL aflora.

Conclusão: Assembleia da ANEL refletiu as movimentações eleitoralistas entre os partidos da esquerda, a capitulação às teses burguesas sobre independência dos “tipos” de opressão frente à luta de classes e concluiu sem um programa de oposição revolucionária aos governos dos capitalistas, sem a defesa dos explorados contra o ajuste fiscal. Reafirmou o boicote às entidades estudantis que agregam a maioria dos estudantes, o que é reflexo da política aparelhista do PSTU que se alimenta do divisionismo da vanguarda. A luta da Corrente Proletária Estudantil/POR no interior da Anel objetiva remover um poderoso obstáculo para a luta independente dos estudantes, que é o domínio das direções governistas e centristas de esquerda. Nossa tarefa se concentra na tarefa de superar a crise de direção revolucionária.

A luta pela libertação das mulheres é parte do combate pelo fim de toda opressão e exploração, fim da sociedade de classe e construção do socialismo

O impacto da crise econômica no Brasil desencadeou uma profunda crise política, em meio à qual avança uma ofensiva reacionária da burguesia, expressa nas ações do executivo, legislativo e judiciário. Eduardo Cunha, acossado por inúmeras denúncias de corrupção, de forma distracionista, impulsiona pautas impregnadas de obscurantismo religioso. No alvo estão os já limitados direitos das mulheres ao aborto, por exemplo. Esta ofensiva, porém, é parte do ataque mais geral às condições de vida das massas exploradas, com desemprego; redução de salários; generalização da terceirização; fechamento de escolas; redução da maioridade penal; mortandade de jovens, sobretudo negros, nas periferias; expulsão dos indígenas de suas terras e assassinatos das lideranças; reforço do Estado policial, com a lei antiterrorismo; dentre outros. Nota-se uma investida política, social, ideológica e econômica da reação burguesa.

Abaixo as leis obscurantistas contra o aborto

Tramitam no Congresso, vários projetos de lei da bancada religiosa. Há projetos para tipificar o aborto como crime hediondo; para prender por até 20 anos médicos que façam aborto em casos não previstos em lei, para garantir a “inviolabilidade do direito à vida” aos fetos; e para considerar como crime contra a vida o anúncio de substâncias abortivas, com pena de até dez anos de reclusão. O projeto de lei que tem ganhado mais repercussão, porém, é o PL 5069/2013, de autoria do presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB) e mais doze deputados dos seguintes partidos: PT, PV, PDT, PSB, PTB PSDB, PSC, PR, PRTB, e PP. O projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara e segue em tramitação acelerada.

O objetivo do PL é obrigar as mulheres que foram estupra- das a passar por uma verdadeira *via crucis* para terem acesso legal ao aborto, em um dos poucos casos em que o procedimento é permitido no Brasil, junto com os casos em que há risco para a vida da mãe ou que o feto seja anencéfalo. Primeiro, antes de ir a uma unidade de saúde, as vítimas deverão fazer o boletim de ocorrência e exame de corpo de delito, enfrentando a vergonha,

o descaso dos policiais e o medo do próprio agressor. Sem isso, não poderá receber orientações sobre aborto e nem medicamentos, o que pode incluir até mesmo a pílula do dia seguinte. A aprovação levará a mais mortes por abortos clandestinos, maior encarceramento de mulheres ou a que mulheres se vejam obrigadas a gestar uma criança fruto de um estupro.

Além de derrotar nas ruas os projetos de lei em curso, é necessário impor, por meio do movimento geral de homens e mulheres, a defesa do direito irrestrito ao aborto, garantido gratuitamente pelo Estado.

Mapa da violência contra a mulher expõe barbárie capitalista

No dia 09 de novembro, foi divulgado o Mapa da Violência 2015 – Homicídios de mulheres no Brasil. De 2013 para 2014, o Brasil passou da 7ª para a 5ª posição no ranking mundial de homicídio de mulheres, que abrange 84 países. Passamos de 4,4 mortes por 100.000 mulheres para 4,8. Por dia, em 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma unidade de saúde por alguma violência doméstica ou sexual.

O estudo mostra que de 2003 a 2013, o assassinato de mulheres negras cresceu 54,2%, enquanto o de mulheres brancas caiu 9,810%. A violência doméstica permanece como uma grande chaga. É no lar que ocorreram 55,3% dos crimes contra mulheres. Os autores foram os parceiros ou ex-parceiros das vítimas em 33,2% dos casos. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 67% dos casos de violência entre as mulheres são cometidos por parentes próximos ou conhecidos das famílias; 70% das vítimas de estupro são crianças e adolescentes e apenas 10% dos estupros são notificados.

O mapa da violência contra a mulher destaca o ano de 2006 como um marco em termos de legislação, devido à aprovação da lei Maria da Penha. Porém, o aumento da punição aos agressores foi seguido por uma ligeira queda no número de assassinatos de mulheres em 2007, depois voltando a crescer vertiginosamente. A explicação dos especialistas voltam-se so-

bretudo para as chamadas causas culturais. Assim, o caminho para garantir a proteção da vida das mulheres seria a combinação da repressão estatal e a educação. Nesse sentido, em março, foi aprovada a lei do Feminicídio, que passa a considerar o crime por razões de condição do sexo feminino como hediondo, aumentando a pena para 12 a 30 anos de prisão.

Não é por falta de leis repressivas, no entanto, que continuam a crescer o número de assassinatos, estupro, exploração sexual e espancamento de mulheres. Se observarmos que tanto o Estado como as escolas são de classe, vemos o limite do binômio repressão/coerção. O mesmo Estado que garante a exploração capitalista, e relega as massas a condições degradantes – quando seus agentes não são autores diretos de abusos sexuais, como os que policiais praticam contra mulheres e homens nas periferias, aldeias, assentamentos e ocupações. A educação também está nas mãos da classe dominante.

É preciso compreender que o capitalismo está em sua fase de decomposição. Vivemos uma época de barbárie, uma de suas manifestações é o aumento da criminalidade estrutural que atinge homens, mulheres, crianças, jovens, adultos, idosos, brancos e negros. O mapa da violência mostra por exemplo que, segundo dados do SUS, entre as crianças, o principal agressor é a mãe, seguido pelo pai. Na adolescência, os agressores prioritários são os parceiros e ex-parceiros, seguidos pela mãe e pai; entre jovens e adultos, são os parceiros e; na velhice, os próprios filhos são os principais agressores de suas mães. Percebe-se um total esgarçamento das relações sociais. Nos homicídios, em geral, 92% das vítimas são homens, não por serem homens, mas, em geral, por serem pobres e negros.

Vemos assim, que a justificativa da opressão sobre a mulher como fenômeno cultural e as saídas que daí decorrem não passam de uma máscara para os fundamentos da opressão sobre a mulher, que são a exploração e opressão de classe. A violência contra a mulher é uma das formas particulares dos variados

tipos de violência que brotam como pus das feridas do capitalismo.

A subordinação da mulher ao homem começou justamente com a divisão sexual do trabalho, que deu ao homem o poder da propriedade privada e a necessidade de transmitir os bens pela linhagem paterna, o que dará a forma da família como célula econômica, fenômeno que será reeditado com várias formas em todas as sociedades de classe, inclusive a capitalista. Para acabar com este fundamento, é necessário transformar a propriedade privada em propriedade coletiva, o que só pode ser feito pela via da revolução proletária. Qualquer promessa de que progressivamente, por meio da ação parlamentar, pelo avanço da legislação punitiva aos agressores e educativas, serve apenas para desviar as massas exploradas e oprimidas da luta pela sua emancipação. Responsabilizamos a burguesia, seu Estado e seus partidos pelos altos índices de criminalidade. O freio à barbárie capitalista não se dará com a repressão do próprio Estado burguês, só pode ser imposto por meio da luta revolucionária do proletariado e demais oprimidos, pelo governo operário e camponês, que será a forma concreta do governo que emergirá da revolução proletária.

Devemos fazer da luta por impor, por meio do movimento de massas e a ação direta, as leis de proteção à mulher, como o direito ao aborto, direito de proteção à maternidade, garantia de salário igual para trabalho igual, dentre outras, um passo na luta para sepultar todo tipo de opressão e exploração. Para enfrentar a ofensiva reacionária da burguesia, é preciso rejeitar a política de colaboração de classes, que procura blindar o governo Dilma Rousseff, e defender a constituição de uma frente única pela organização das massas no terreno da independência de classe.

Formemos os comitês para derrubar nas ruas as leis obscurantistas e responder às medidas de ataque aos salários, empregos, contra todo tipo de discriminação, contra o Estado policial e pela defesa das condições de vida.

Dia da Consciência negra

O fim do racismo e de todo tipo de discriminação serão alcançados com a revolução social e a construção do socialismo

Não se pode lutar consequentemente contra a opressão sobre os negros sem que se tenha por fundamento e objetivo histórico de destruição da sociedade de classes. Quanto mais clara for a estratégia revolucionária do combate às discriminações, mais se potencializará a defesa das reivindicações parciais e imediatas. Quanto mais as massas negras oprimidas tiverem a consciência de que o racismo é uma das manifestações da opressão capitalista, procurarão fortalecer o movimento geral dos explorados. E quanto mais as reivindicações fundamentais se chocarem com os interesses da burguesia, mais fica claro que as conquistas serão arrancadas e conservadas por meio da luta de classes. O contrário também é verdadeiro. Quanto maior a ilusão de que é possível encontrar a igualdade no capitalismo, mais se dissimulará o racismo e sua perpetuação.

A burguesia se viu na contingência de reconhecer *formalmente* que a ideologia racial era insustentável. Os negros formam a maioria da população. Uma parcela deve ser incorporada ao mercado consumidor. É imprescindível para a sobrevivência do capitalismo que se amplie ao máximo a participação dos

negros na classe média. De maneira que a velha doutrina racial há algum tempo foi reconhecida como ultrapassada diante da ascensão social, ainda que vagarosa e ultralimitada, de negros de classe média. Porém, não faltaram disfarces, como o da democracia racial e da igualdade de raças, para ocultar a real situação da maioria.

A escravidão negra e as suas heranças conservadas pelo capitalismo, que, finalmente, substituiu o sistema colonial, passaram a ser estudadas nas universidades. As explicações raciais de pensadores a serviço da burguesia brasileira branca e racista puderam ser questionadas e bombardeadas. As universidades, portanto, passaram a refletir uma adaptação da própria burguesia, que, por sua vez, refletia o desenvolvimento do capitalismo e das relações entre as classes.

Importantes progressos se fizeram com a crítica e rejeição à doutrina racial edificada pela burguesia colonialista. Chegamos ao ponto de o Estado admitir a criminalização dos atos individuais de racismo. Criou-se a Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial, como força de ministério.

A política burguesa se tornou permeável a teses como as das “ações afirmativas” e “reparações históricas”. O Congresso Nacional aprovou a lei das cotas para os negros. A burguesia consentiu, inclusive, que houvesse o “Dia da Consciência Negra”. Enquanto não servir de canal para a luta de classes, será motivo para todo tipo de demagogia sobre a democracia plurirracial e direitos humanos.

Entre a crítica progressista da academia e as medidas reformistas do Estado burguês, no entanto, há uma grande distância. Uma pequena camada de negros da classe média serviu de experiência para tal política integracionista. O “movimento negro” organizado em torno das “ações afirmativas” não se importou com tamanha limitação e com a situação humilhante dos cotistas. Julgava que uma vez dado o primeiro passo se daria o segundo, o terceiro. Constatou-se que as cotas sequer foram universalmente aplicadas.

Há quem avalie que os negros passaram a ser mais valorizados com sua luta pelas ações afirmativas. Pode ser que sim, mas, no caso, para a burguesia que tem interesse na ascensão de negros para a classe média consumidora. As massas profundamente oprimidas continuam a comer o “pão que o diabo amassou”. Os negros não formam apenas a maioria da população, formam também a maioria mais oprimida entre todos os oprimidos. É imprescindível não perder de vista os milhões de brancos pobres e miseráveis, que sofrem outro tipo de discriminação. Somente a unidade dessa imensa maioria oprimida, sob a direção da política operária poderá fazer frente ao racismo e derrubar o sistema de opressão de classe e de discriminações sociais.

A política burguesa “antirracial”, que, com muito custo, chegou ao reconhecimento que os negros foram seviciados e vilipendiados pelos escravocratas e que é justa a reivindicação de “reparação histórica” não passa de uma grande impostura. O racismo continua aceso. O salto do engenho para a grande indústria não mudou em nada os fundamentos de classe da opressão sobre os negros. Os explorados, portanto, estão diante do embuste de uma suposta ideologia antirracial e de igualdade entre todos os seres humanos, uma ideologia de igualdade racial que se socorre do Estado escravocrata-burguês, que sustenta a campanha de que a educação e a criminalização irão aparando as arestas do hediondo racismo.

O espetáculo da imprensa serve à grande farsa quando se mostra indignada diante de um imbecil racista que é pego em flagrante pela justiça fazendo ofensas, que irá aplicar um corretivo e que será apresentado como exemplo à nação de que já não se toleram tais atos individuais. No dia seguinte, centenas de atitudes e ocorrências discriminatórias contra os negros continuam a proliferar. Os promotores da igualdade racial no capitalismo voltam a reclamar da impunidade e da falta de uma política educacional que ensine que negros e brancos são humanos, diferenciando-se apenas na cor da pele de acordo com os desígnios da natureza. O verniz da humanização capitalista não tem, porém, como ocultar a profunda miséria e pobreza da maioria negra e, com elas, o dia a dia da discriminação.

Não faltam pesquisas e dados oficiais para comprovar que os negros recebem menos que os brancos para a mesma função, estão em desvantagem na concorrência do mercado de trabalho, milhões sobrevivem com migalhas do subemprego, canalizam-se para os serviços mais pesados, de mais baixa qualificação, arcam com o maior peso do analfabetismo, aglomeram-se em favelas, são os mais atingidos pela violência, mor-



Assassinato de negros aumentou, enquanto o de brancos diminuiu

rem como moscas e lotam as prisões. A discriminação policial e o assassinato de jovens negros atingiram níveis de barbárie. No mar de miséria, mais e mais adolescentes são arrastados para a criminalidade. A resposta do Estado tem sido mais violência policial. Bandos de matadores se dedicam a matança nos bairros miseráveis e nas favelas.

O Estado burguês e seus partidos deram um só passo para solucionar essa opressão econômica? Tomaram alguma medida séria de proteção à juventude negra? Houve algum reconhecimento que a diferenciação salarial e a seleção no mercado de trabalho são expressões materiais da opressão de classe? Adotou-se uma lei que obrigue os patrões a cumprirem a norma de salário igual para função igual? O que a burguesia e seu Estado poderão fazer para arrancar a maioria negra da pobreza e da miséria? Basta que se respondam honestamente a essas perguntas para se concluir que não há como o capitalismo eliminar o racismo e erradicar as heranças coloniais do escravismo.

A montanha de atitudes racistas que se levantam diariamente nas ruas, escolas, restaurantes, trabalho, lazer, etc. emerge da opressão econômica, de classe, que torna as massas negras ao mesmo tempo iguais e distintas em relação às massas brancas exploradas, pobres e miseráveis. Não se deve procurar, portanto, na ideologia racial a causa da discriminação. Não há solução ideológica para o racismo, embora seja preciso combatê-lo com todo vigor. A história do racismo no Brasil mostra perfeitamente como a burguesia e seu Estado escravocrata-capitalista podem muito bem adaptar e disfarçar sua visão sobre os negros. Mas não podem admitir que se toque a raiz social do racismo.

Arranquemos as raízes de classe da opressão sobre os explorados e todo edifício do odioso racismo virá abaixo. Elas nasceram das sementes do colonialismo escravista e se consolidaram no regime da grande propriedade capitalista. Lutemos por demonstrar aos negros e brancos explorados a base material do racismo, por meio da luta de classes, que ficará bem visível o rosto dos exploradores brancos. No momento em que a revolução proletária, que será de maioria nacional oprimida, transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista se abrirá o caminho para as massas negras e brancas se irmanarem na produção social.

Não temos dúvidas de que as aspirações dos negros de classe média têm de ser defendidas contra as discriminações. É justo que reclamem do fato de que apenas uma minoria de negros chega à universidade, que profissões como as de médicos, engenheiros, etc. são praticamente preenchidas por bran-

cos. Como os negros ascenderem às camadas da classe média sem que esses canais de projeção econômica, social e cultural estejam, em certa medida, abertos? É claro que essa aspiração pequeno-burguesa chega ao extremo de se pleitear ascensão na política burguesa e nas instâncias de decisão do Estado, de onde a burguesia branca administra os seus negócios e mantém a brutal opressão sobre os negros. Não temos, portanto, o dever revolucionário de apoiar tais aspirações burguesas.

Não é difícil diferenciar as legítimas aspirações das camadas negras pequeno-burguesas das que são ilegítimas por serem burguesas. Para isso, é fundamental não confundir o programa proletário de emancipação dos explorados negros com as aspirações pequeno-burguesas de encontrar um lugar ao sol no capitalismo. Chegamos a mais um ponto fundamental da questão. O proletariado se encontra desorganizado e controlado pela política burguesa. Está aí por que as aspirações pequeno-burguesas têm comparecido como sinônimo de antirracismo e como base de sustentação das bandeiras de igualdade racial. Sem o proletariado à frente das lutas, ganhou força a tese política de que as ações afirmativas, as reparações históricas, a criminalização e a educação cívica da população são eminentemente antirraciais. Na realidade, são no fundo raciais.

Somente o proletariado tem como defender as reivindicações das massas negras e combater o racismo burguês. A pequena-burguesia negra não alcançará suas aspirações no capitalismo, continuará sob o tacho da discriminação e da humilhação. No momento em que operários negros e brancos levantarem a bandeira de trabalho igual, salário igual, trabalho a todos em igualdade de condições, salário mínimo vital, habitação digna,

fim da matança de negros, fim do aparato repressivo burguês, direito de autodefesa e armamento dos explorados, então se avançará o combate ao racismo. Toda perfumaria das ações afirmativas e dos direitos humanos, que servem para tapar as narinas e os olhos da classe média do cheiro e do espetáculo da barbárie capitalista, se dissipará.

Os explorados negros que estejam em luta contra o racismo e que elevam a sua consciência de classe têm o dever de trabalhar pela construção do partido revolucionário. É com esse instrumento que se viabilizará o programa de emancipação das massas negras da opressão. Há um longo caminho a percorrer em busca da unidade de negros e brancos explorados, necessária para derrotar a burguesia e constituir um governo operário e camponês. Venceremos os obstáculos levantados pela política burguesa e pelas ilusões pequeno-burguesas. Se pretendemos, de fato, acabar com as discriminações, temos de trabalhar para que a classe operária se liberte das direções conciliadoras, carreiristas e vendidas que controlam os sindicatos. A construção do partido é a chave para a libertação definitiva dos negros da escravidão.

Neste dia da Consciência Negra, o Partido Operário revolucionário chama negros e brancos a combaterem, na mesma trincheira, o capitalismo putrefato!

Chama os negros a se organizarem no movimento operário, a tomarem a direção dos sindicatos controlados pela burocracia vendida e a levantarem o programa da revolução proletária!

Conclama a sua vanguarda militante a fortalecer a construção do partido marxista-leninista-trotskista!

Rondônia

Congresso burocratizado de defesa do governo Dilma e conciliação de classe

O 14º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado de Rondônia - Sintero aconteceu entre os dias 29 e 31 de outubro na cidade de Porto Velho com presença de 400 delegados e convidados de todo o estado, eleitos em assembleias das 11 regionais.

As assembleias, no entanto, para eleger os delegados não aconteceram por meio de ampla divulgação nas escolas. A direção fez uma chamada na televisão em cima da hora, mas sem um trabalho em cada uma das escolas para que houvesse, de fato, uma relação entre os delegados e os problemas da educação no estado. Para as 10 regionais no interior, sequer a divulgação via mídia ocorreu. No site do sindicato, apenas se indicava que as assembleias ocorreriam, mas sem data. Esse processo resultou em uma assembleia pequena da capital, com menos trabalhadores em educação do que o previsto para preencher as vagas de delegados e, no interior, assembleias também esvaziadas, com a participação daqueles professores e funcionários já ligados ao sindicato e com participação em congressos anteriores. Portanto, desde a convocação do congresso, já se revelavam traços de que se trataria de mais um congresso burocratizado.

Apesar de acontecer em meio a uma profunda crise mundial do capitalismo que se reflete no Brasil, e cujos efeitos incidem

sobre a vida da classe operária e demais trabalhadores, com quebras de milhares de postos de trabalho, cortes de investimentos na saúde e na educação e quebra de direitos trabalhistas, o congresso foi distracionista do começo ao fim, recheado de festividades e distrações como preces e cantoria ligados às igrejas evangélicas. Deixou de lado o debate que possibilitasse esclarecer a base sobre os intensos ataques à vida das massas em geral e dos servidores públicos, em particular, e armar os trabalhadores da educação para rejeitar a política de destruição das condições de vida e trabalho da maioria.

Um congresso de palestras e festividades

Como não podia discutir os problemas que enfrentam as escolas, não podia discutir o fracasso das campanhas salariais nem tratar das medidas que os governos vão impor ao funcionalismo, o congresso do primeiro ao último dia foi organizado para que acadêmicos e dirigentes sindicais, ligados ao PT, pudessem ora falar de questões abstratas e sem respostas concretas com bandeiras de luta (ao tratar das opressões às mulheres, aos negros, ou da condição de saúde dos trabalhadores) ora para garantir que esse congresso, como os demais que têm acontecido no país, servisse de defesa do governo Dilma.

Assim também, além das palestras que tomaram a maior

parte do tempo, houve ainda festividade durante as noites e os intervalos para “distrair” os trabalhadores. Foi um congresso aberto por uma oração e terminado com uma invocação a Deus, feitos ambos pelo próprio presidente do sindicato. Não bastasse toda religiosidade obscurantista que existe na sociedade, ela ainda é colocada no interior do sindicato, desrespeitando os delegados e evidenciando que não se tratava mesmo de politizar, mas de despolitizar os poucos trabalhadores que não estão alinhados à política da direção burocrática.

A abertura ocorreu com membros do PT e da CNTE, além de representantes do governo municipal e estadual (representantes do conselho e da secretaria de educação). O que colocou o congresso não só como distracionista e obscurantista, mas também como governista. É óbvio que, nessa situação, não haveria qualquer colocação sobre as campanhas salariais fracasadas de 2015.

Assim tanto na abertura quanto no debate de conjuntura, o que foi destaque foi a defesa dos “avanços” na última década. A análise da conjuntura nacional feita pela Fátima Aparecida da Silva, da CNTE, se ateve a esses supostos avanços e a defesa da “democracia”, realizada para justificar o apoio irrestrito ao governo Dilma. A análise de conjuntura estadual feita pela ex senadora Fátima Cleide Rodrigues da Silva, que hoje é diretora da fundação Perseu Abramo do PT, seguiu pelo mesmo viés, além de acrescentar um tom eleitoralista, mostrando seus feitos quando foi senadora e um lamento velado por não ter sido eleita para governo do estado.

Quando não eram diretamente governistas e petistas, os palestrantes mostravam o mais baixo academicismo, apresentando problemas gerais, como da discriminação aos negros e às mulheres, sem apontar qualquer saída ou qualquer bandeira que pudesse defender os oprimidos.

A intervenção da Corrente Proletária/POR}

A burocracia chamou para a publicação de teses do Congresso. Nenhuma das correntes que existem no interior do movimento assinaram texto, a não ser a Corrente Proletária. Nem mesmo a direção apresentou uma tese. Houve apenas um levantamento de bandeiras, que foram votadas no “plano de lutas”. Não havendo teses, os “palestrantes” apresentaram textos assinados que compuseram também o Caderno de Textos do congresso.

A burocracia e os governistas (PT e PCdoB) não se preocuparam em expressar suas posições abertamente porque elas vieram de qualquer forma nas colocações escritas e faladas dos “palestrantes”. Tal situação levou que, na apresentação de teses, apenas a Corrente Proletária expusesse seu programa e seu plano de lutas com um tempo de dez minutos que não foi seguido nem de debates, nem de colocações opositoras. O objetivo da burocracia foi não dar importância às discussões programáticas e às bandeiras de luta para evitar dissensões na sua base.

Apesar desse caráter despolitizado que foi dado às teses, nossa apresentação centrou-se em colocar a situação da crise mundial capitalista, dos efeitos no Brasil, da política dos governos, desde os municipais até o federal e defender a vida dos trabalhadores por meio das reivindicações

elementares. Em meio a tamanho governismo, comparecemos como os únicos militantes do sindicato a criticar os governos, defender os métodos e as bandeiras de luta e a colocar a estratégia da revolução proletária como única saída à crise capitalista.

Tanto nas intervenções depois das palestras, quanto na defesa da tese e nas discussões em relação ao plano de lutas, as colocações da CPE chamaram os delegados e participantes a rejeitar as enganações, as festividades e as distrações levadas pela burocracia sindical para o interior do congresso e conclamaram a base para aprovar um plano de lutas que derrotasse as medidas governamentais de ataque à vida dos trabalhadores.

O manifesto distribuído pela militância da CPE intitulado: **“Um congresso dos trabalhadores da educação para enfrentar os ataques dos governos e dos capitalistas aos direitos sociais, à educação, aos salários e aos empregos”** e as teses defendidas chamaram a atenção da base mostrando a conjuntura política e econômica do país como parte da conjuntura mundial e como os governos do estado e do município seguem as orientações das medidas políticas do governo PT, destruindo direitos trabalhistas e empregos, e impondo arrocho salarial e sobrecarga de trabalho.

A Corrente Proletária da Educação indicou em percentuais os cortes de investimentos nos serviços públicos, como os que atingiram o Ministério da Educação. Destacou as várias greves que ocorreram no ano, como a greve no ensino superior das federais e no ensino básico dos estados. Acentuou a repressão que aumenta por parte dos governos, a exemplo do que ocorreu no Paraná. Alertou sobre o aumento do desemprego, com fechamento de postos de trabalho na indústria automobilística e na construção civil, além do aumento das medidas de criminalização aos movimentos sociais com as leis antigreve e antiterrorista.

Dissemos que a política da direção do Sintero precisa ser combatida com a política proletária para a educação, o que pressupõe defender na prática dos sindicatos a **independência política frente a todos os governos**.

Embora o plano de lutas aprovado no último dia tenha cerca de 80 pontos, eles tratam de questões abstratas ou ninharias que não defendem de fato a educação e os trabalhadores. A CPE, ao contrário do distracionismo da direção, concentrou sua defesa nos sete pontos seguintes que foram rejeitados pela maioria dos delegados ligados à burocracia:

- 1) **Garantir um congresso de luta aprovando a campanha** *“Derrotar o Ajuste Fiscal, defender o emprego e salário em unidade com todos os trabalhadores”*.
- 2) **Defender os empregos com:** (a) *Escala Móvel das Horas de trabalho (divisão das horas entre todos os aptos, nenhum desemprego!);* (b) *Estabilidade para todos (garantir que todos os contratados sejam efetivados, independente de concurso);* (c) *Fim das terceirizações, emprego e salário igual a todos.*
- 3) **Defender os salários com:** (a) *Reposição de todas perdas, nenhuma perda salarial;* (b) *Escala móvel de reajuste (aumenta-se a inflação, reajustam-se os salários);* (c) *Defesa do Salário Mínimo Vital (um salário para uma família de 4*

peças como piso a ser debatido e votado em assembleia; em nossos cálculos o Salário Mínimo Vital está em 4700 reais).

- 4) Derrubar todas as leis, projetos de leis e medidas aprovadas ou em vias de aprovação no Congresso Nacional apresentadas durante esse ano (MPs 664, 665 e 680; lei da terceirização; lei antiterrorismo; Programa de Proteção ao Emprego; “Agenda Brasil”).
- 5) Defender o direito irrestrito à luta: *derrubar toda legislação antigreve que restringe e impossibilita o direito de manifestação, organização e greve dos trabalhadores. Nenhuma criminalização dos movimentos sociais, nenhuma judicialização das lutas dos trabalhadores!*
- 6) Defender a juventude com: (a) estudo e trabalho para todos, 4 horas na produção e 4 horas na escola; (b) mesmos direitos trabalhistas aos estudantes trabalhadores, fim da farsa do “trabalhador aprendiz”; (c) derrubar a lei de redução da maioria penal.

- 7) Defender uma escola científica e gratuita: (a) Um único sistema de ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social (estatização de toda rede privada de ensino).

Sem plano de lutas e sem independência, resta a tarefa de levantar a oposição

Como era de se esperar, a direção fez o que pretendia do início ao fim. Isso porque não existe uma fração oposicionista fortalecida no interior do sindicato. Os militantes da Corrente e alguns desgarrados da política da direção não conformam uma sólida oposição.

Nossa tarefa é erguer essa oposição, formar uma frente única baseada nos princípios da independência política frente aos governos e aos partidos burgueses, da democracia sindical, da defesa dos salários e dos empregos. Diante dessa conjuntura de ataques, essa tarefa torna-se mais necessária e mais urgente.

Curso de formação Política no Litoral Norte

48 anos da morte de Che Guevara: Foquismo e Guerrilha

No dia 08/11/15, nos reunimos na Subsede da APEOESP em Caraguatatuba para debatermos as experiências da Revolução Cubana e o emblemático Che Guevara. No encontro, contamos com a participação de um ex-militante tupamaro (Movimento de Libertação Nacional Tupamaros - MLN-T) que deu seu relato sobre os anos de luta vividos no Uruguai: foi do Partido Comunista Uruguaio, questionou a direção estalinista depois de ter acesso aos escritos de Trotsky, trabalhou como padeiro em sua adolescência nos anos 60, participou de greves neste setor, inclusive fez piquetes com o seu mestre que se guiava pelo anarquismo. No ensino secundarista se aproximou do movimento estudantil e do MLN-T, foi perseguido e torturado, viu camaradas desaparecerem e morrerem, foi mantido em uma solitária (uma caixa d’água) por quinze dias. Com o acirramento da opressão militar nos anos 70 sobre o domínio do ditador Juan María Bordaberry foi para a Argentina, e depois para o Brasil, hoje é militante do PSOL.

O objetivo do curso era discutir - com base no relato do companheiro e do folheto “Che Guevara e Nós (Foquismo e Guerrilha) - os 48 anos da morte de Che Guevara e a crítica programática do POR ao foquismo. Ressaltamos a crítica feita pelo POR boliviano (Texto de G. Lora) sobre o foquismo: o foquismo se difere da guerrilha porque a atuação se dá “por fora” das massas, agem como focos de elite. Por agirem descolados das massas, não propiciam a estas a experiência necessária para o avanço de sua consciência de classe. A guerrilha (guerra irregular) difere do foco por contar com o protagonismo das massas. O foquismo analisou corretamente que as condições objetivas (forças produtivas altamente desenvolvidas) já estão dadas para a revolução, porém desconsiderou as condições subjetivas das massas e a necessidade da construção do partido revolucionário para elaborar o programa da revolução, formar os quadros partidários e penetrar do interior das massas. Sem deixar de honrar todos os lutadores que tombaram

contra o sistema capitalista em decomposição, ressaltamos que a ausência de um partido-programa atrasou a organização das massas e a elevação de sua consciência, fundamental para o avanço ao socialismo.

Diferentemente dos reformistas atuais que fazem críticas aos foquistas por estes terem pego em armas e se utilizado de “métodos violentos”, reforçamos a distinção entre a violência reacionária utilizada pelas classes dominantes para manter a exploração e a necessária violência revolucionária das massas em luta pela sua libertação.

Reconhecemos a importância de Che Guevara, principalmente em sua atuação internacionalista. Depois da Revolução Cubana (que não foi a confirmação do foquismo, mas sim da guerrilha camponesa combinada com o acirramento da luta de classes nas cidades, greves operárias, estudantis, etc.), Guevara, tão lembrado ainda hoje, participou até 1965 da organização do Estado Operário cubano e, depois desta data, reconhecendo a necessidade da expansão do processo revolucionário, seguiu para formar focos no Congo e depois na Bolívia, onde foi executado em 1967 pelo exército boliviano dirigido pela CIA.

Diante da crise que se abriu em 2008 e da necessidade de erguer o partido marxista-leninista-trotskista para o enfrentamento da barbárie, calcamos o retrocesso que vivemos historicamente com a ausência de direções revolucionárias que expressem os interesses imediatos e históricos do proletariado. A ideologia da classe dominante, a política centrista e reformista, o Estado burguês e seu aparato militar/policial, as leis criminalizadoras de movimentos, são impedimentos para o avanço da consciência de classe. Para contrapor a barbárie e a destruição de forças produtivas e o “destravamento” das forças produtivas se faz necessário erguer o partido revolucionário no seio das massas, não há atalhos.

Viva a Revolução Cubana e suas conquistas!

Viva todos os lutadores que deram a vida pela revolução!

Nesta edição:

- Argentina: As eleições legitimam o regime burguês
- Bolívia: O leilão dos recursos naturais para atrair investimentos
- Palestina: Os explorados têm de avançar na luta antiimperialista e anticapitalista
- Governo de Tsipras (Syriza) enfrenta sua primeira greve geral
- Trotsky: O marxismo como ciência

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Balanço das eleições na Argentina

As eleições legitimam o regime burguês

Diante das eleições, o que devemos fazer é o balanço dos aspectos gerais, antes de se ater aos detalhes ou às análises particulares.

Houve uma elevada participação nas eleições, de 80%. Superou em 1.200.000 eleitores o número dos que votaram nas eleições primárias de agosto. A quantidade de votos em branco nas primárias havia superado os 1.200.000 e agora a metade deles votou positivamente, reduzindo a quantidade de votos brancos a 600.000. Portanto, houve 1.800.000 votos positivos a mais do que nas eleições de agosto passado. Os votos nulos e impugnados somaram pouco mais de 200.000.

96% dos votantes escolheram os partidos políticos que defendem a ordem capitalista, a grande propriedade privada dos meios de produção. Três candidatos - Scioli, Macri e Massa - obtiveram mais de 92% dos votos.

Scioli e Massa se apresentaram como herdeiros do movimento peronista e Macri se “peronizou” aceleradamente para superar a rejeição de boa parte da população diante de sua história. Depois do susto da última eleição na cidade de Buenos Aires, mudou o seu discurso, disse que manterá a Aerolíneas, YPF, as aposentadorias, a Dotação Universal por Filho (programa assistencial do governo), etc. que manterá as conquistas dos últimos anos, inaugurou um monumento a Perón na cidade e se fotografou com dirigentes sindicais, participando de atos.

A grande quantidade de votantes que escolheu candidatos de diferentes coligações, especialmente na Província de Buenos Aires, evidencia uma tendência dos eleitores de combinar distintos candidatos para cargos diferentes. Também se impõe o “voto útil” para punir certo candidato ou para apoiar quem tem mais chances de ganhar.

É importante salientar estes aspectos porque estes resultados contribuem para legitimar o sistema de opressão, a democracia burguesa. E a burguesia o utiliza a todo tempo para defender seu regime, sua ditadura de classe.

As ideias da classe operária não estiveram presentes nem nos candidatos, nem nas chapas. Os resultados não nos surpreendem. Expressam a subordinação da grande maioria da população aos partidos que promovem a defesa deste sistema, ainda que não tenha havido manifestações de entusiasmo, nem mobilizações, nem fervor popular, nem militância massiva em apoio a seus candidatos. As campanhas se basearam principalmente em milhares de comerciais na televisão e no rádio, de forma exaustiva, em uma

campanha gráfica milionária e no apoio ou no ataque dos grandes meios de comunicação.

A característica de todos os candidatos foi a ausência de ideias. Nenhum defendeu a transformação do país, a conquista da soberania, a superação do atraso. Se sobre as questões mais importantes não querem e nem podem falar nada, o que podem debater? Os partidos e candidatos da burguesia, como já afirmamos, não podem ir mais longe do que a classe que representam, uma classe parasitária, antinacional, entreguista, narcotraficante e corrupta até a medula.

O governo que emerge da cédula eleitoral **será um governo burguês, defensor da grande propriedade**, não resolverá nenhum dos grandes problemas da nação. Ganhe quem ganhar, não governará “para todos”, como dizem, governarão para a minoria detentora do poder real. Depois veremos as formas e poderemos caracterizar com maior precisão seu discurso, seus métodos, mas o essencial é o que apontamos. Quem for presidente estará encurralado pela crise econômica mundial que se agrava, pelas dificuldades da economia local e pela intervenção das massas como resposta aos ajustes e aos ataques contra as suas condições de vida.

Estamos nos aproximando do fim de um ciclo?

Se nos referimos ao ciclo nacionalista, que está esgotado em um sentido histórico, diremos que não se encerrou. Só se encerrará quando a classe operária se independizar politicamente e construir seu próprio partido revolucionário, que expresse sua consciência de classe. Enquanto não se resolve esta questão central, as posições nacionalistas continuarão a dominar as massas, sejam kirchneristas ou quem apareça e tome o seu lugar. O ciclo nacionalista não se encerra por simples expressão dos desejos, se encerrará politicamente quando a classe operária romper pela raiz com o peronismo.

Se nos referimos ao fim do “ciclo kirchnerista”, como a oposição burguesa o denomina, diremos que é relativo, porque deixam o governo pacificamente, em eleições tranquilas, com grande participação, com índices de popularidade para Cristina Kirchner que superam os 50%, com maioria da Frente para a Vitória (FPV) no Senado, com uma presença de 117 deputados, com seus aliados, com uma forte presença no Estado nacional e nas províncias. Esta situação lhe permite reaparecer no cenário quando a burguesia sinta a necessidade de apagar outro incêndio.

Podemos falar de derrota? Derrota de quem? Do ponto de

vista da classe operária, dos oprimidos, será a substituição de um carrasco por outro, e neste sentido dizemos: as massas foram derrotadas, votaram contra os seus próprios interesses. E terão de levantar a guarda enfrentá-lo desde o primeiro minuto, sem entregar nenhum cheque em branco, sem lhe dar tempo. As massas não podem aceitar nenhum pacto, nenhuma trégua. A burguesia, em uma fenomenal crise, conta hoje com três grandes candidatos para conduzir a administração do Estado.

Por que a FPV retrocedeu eleitoralmente? Devido a seus candidatos, à campanha negativa permanente dos grandes meios de comunicação, às denúncias de corrupção, ao desgaste que provoca a inflação tão elevada por muito tempo, à “insegurança” explorada pela oposição, ao tipo de campanha baseava principalmente na publicidade e ao reagrupamento de um setor do peronismo que apoia Massa (peronismo renovador), etc. Já nas eleições de deputados de 2013, a FPV havia retrocedido a 7 milhões de votos contra 4 milhões de Massa, em sua primeira eleição como peronista opositor.

Nas eleições presidenciais de 2011, Cristina Kirchner havia alcançado 11.900.000 votos, ganhando de Binner que obteve 3.700.000 votos e dos candidatos do PJ que tiveram 3.000.000 votos. Agora, Scioli obteve 9.000.000 votos e Massa mais de 5.000.000. O número de eleitores subiu de quase 29.000.000 votar para 32.000.000. Visto assim parece que os 3 milhões de votos de diferença nos resultados de C. Kirchner e Scioli nas eleições de 2011 e 2015 foram para o peronismo opositor.

O kirchnerismo avançou na recomposição do Estado burguês, mas não conseguiu resgatar os principais partidos políticos da burguesia

O kirchnerismo fez várias contribuições relevantes para a burguesia. Pôde avançar na recomposição do Estado “que estava em chamas”, garantindo um longo período de governabilidade, grandes negócios e contribuiu para sair da crise da dívida externa, que levou à declaração de *default* de 2001.

Mas o kirchnerismo foi incapaz de gerar dirigentes que poderiam substituir os Kirchner. A sua aspiração de criar um “movimento transversal” e avançar para “a nova política” não deu em nada. A FPV terminou sendo um amálgama do mais podre da “velha política” dos caudilhos municipais e provinciais, (os pejetistas) com os “gordos” do sindicalismo, os supostos herdeiros da “juventude maravilhosa” e movimentos sociais e de direitos humanos cooptados. Este emaranhado se viu claramente na crise para resolver as principais candidaturas, a forma como foi “selecionada” a chapa presidencial e as fórmulas para a Província de Buenos Aires, sem passar pelas eleições primárias, provocaram vários conflitos. Não encontraram melhores candidatos porque não os tinham.

As lutas internas se potenciaram com as candidaturas e setores kirchneristas “puros”, que praticamente não fizeram campanha por Scioli e quando se pronunciavam diziam que votavam “a contragosto”, “com resignação”, “engolindo sapos”, pelo mal menor, como “uma transição até que volte Cristina”. Os choques de Aníbal Fernández com setores do partido, somado a suas próprias barbaridades e aos ataques e operações que a oposição mediática realizou, levaram a sua derrota na Província de Buenos Aires. Dirigentes sindicais e autoridades municipais que pertenceram a FPV já correram para negociar com a futura governadora da Província e estabeleceram contatos com Macri, por causa da possibilidade que este ganhe a votação. O peronismo não pode se reconstruir como partido e movimento histórico da burguesia. O crescimento eleitoral de Macri é uma expressão da crise e decomposição dos partidos históricos da burguesia.

Macri e o *Postepa Republicana* (PRO) montaram a frente “Mude-

mos” sobre a base de um reagrupamento de forças que se desagregou da frente FAUNEM, que havia lançado Binner como candidato a presidência em 2011 sob a sigla de *Frente Ampla Progressista* (FAP). Incorporando-se à União Cívica Radical (UCR) que transitou por diversas posições políticas e contribuiu com uma estrutura nacional. Não é “o novo” na política, não é “a mudança” que apregoam, seus dirigentes são velhos politiquinhos. Contou com o apoio dos principais meios de comunicação e mais de 120 milhões de dólares para a campanha eleitoral. A “nova forma de fazer política” que tanto apregoam é a não política, o esvaziamento completo das ideias, para que operem os especialistas... O PRO nas eleições de deputados de 2013 havia conquistado 1.700.000 votos.

A burguesia conseguiu ter três candidatos conhecidos que têm uma enorme quantidade de votos, mas não foi capaz de recompor os partidos políticos, imprescindíveis para a sua democracia.

Ambos os candidatos são “ruins”

É necessário dizer que não há como eleger o “mal menor” ou o “menos mau” para as massas. Os grandes capitalistas fazem uma distinção entre ambos candidatos, uns apoiam um, outros a outro, e alguns a qualquer um dos dois.

Macri ganha a confiança do capital financeiro e dos maiores capitalistas porque é ele mesmo um homem da burguesia, porque tem mantido uma coerência em toda a sua trajetória defendendo posições neoliberais. Somente a bancada do PRO votou contra abrir uma investigação no Congresso sobre as vinculações empresariais com a última ditadura. Sempre têm se mostrado como defensores da “segurança jurídica para as empresas”, criticando as nacionalizações, o intervencionismo estatal, as regulações. Assim que recebeu a transferência do metrô, reajustou os bilhetes para que se auto-financie. As altas na Bolsa, os comentários auspiciosos de Wall Street, as montadoras multinacionais e a imprensa do capital financeiro internacional mostram o entusiasmo com o crescimento eleitoral de Macri.

Scioli fez sua estreia na política pelas mãos de Carlos Menem. É também uma das formas que assume o grande capital. Tem dado sinais muito claros sobre o incentivo a entrada de capitais do exterior, garantindo a segurança jurídica e nomeou para o seu futuro gabinete Berni, Casal e Granados, um quadro de perfil repressivo, antioperário e antipopular. Entre seus assessores se encontra Blejer, homem do FMI, de extrema confiança do capital financeiro. Nestes 12 anos de governos kirchneristas, os grandes empresários avançaram no processo de centralização e concentração capitalista. As corporações que apareciam enfrentando o governo são aquelas que mais ganharam. Dezenas de bilhões de dólares foram transferidos nestes anos para pagar a dívida externa fraudulenta, para cancelar toda a dívida com o FMI, gestor dos planos de destruição da Nação. De que modelo falam?

Para nós, o interesse é o **ponto de vista da classe operária**, a sua perspectiva política. Neste sentido, devemos dizer que ambos os candidatos respeitam e defendem o regime capitalista, a exploração do trabalho, a grande propriedade dos meios de produção nas mãos de grandes capitalistas nacionais e do exterior. Neste quesito, **são iguais**. Claro que têm diferenças quanto aos métodos, as formas, em que setor mais se apoiarão, mas estas questões são secundárias. Ambos querem gerir o Estado dos capitalistas, sua ditadura contra a grande maioria dos oprimidos.

Agrava-se a crise capitalista internacional

As fortes tendências da crise tendem a aprofundar a destruição de forças produtivas, fechamento de fábricas, redução de

trabalhadores por meio de demissões massivas, aposentadorias antecipadas, etc. Os países imperialistas redobram o seu protecionismo, pressionam as colônias para que permitam a entrada de suas mercadorias sem restrições e o ingresso de seus capitais para apoderar-se de todos os recursos naturais. Os governos burgueses de nossos países se curvam diante de tamanha pressão, a burguesia nacional está rendida e as multinacionais são correia de transmissão direta dos interesses e da política do capital financeiro internacional.

Os candidatos desenvolverão políticas que aprofundarão a submissão nacional, colocando em risco as condições de vida das massas. É necessário se preparar para resistir aos ataques que virão. A política de abrir-se à inversão de capitais estrangeiros e de endividar-se para financiar os déficits levará o país a uma maior debilidade e fragilidade frente ao capital financeiro. Deve ser rechaçada toda política de endividamento e entrega de empresas e recursos ao capital estrangeiro.

A campanha da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FET)

A sua votação alcançou cerca de 800.000 votos, 3,4% do total. Aumentou a sua votação em relação às eleições primárias porque incorporou os votos dos partidos de esquerda que não alcançaram o mínimo nas primárias. Elegeram um deputado pela Província de Buenos Aires. O que importa, no entanto, é o conteúdo da campanha, socialdemocrata, alheia completamente às ideias da classe operária, à sua estratégia. Por outro lado, aparecem cada vez mais visíveis as suas propostas de melhorar o regime capitalista, pedindo que se avance em sua democratização: como se devem eleger os juizes, a revogação dos mandatos, o salário que deve receber os legisladores, etc.

Pediu voto para contar *com mais deputados contra o ajuste*. É o cúmulo do democratismo. O ajuste das patronais e do governo não se detém com leis ou acordos nos corredores do Congresso. Só se pode enfrentar os ajustes com os métodos da classe operária, com as greves, ocupações, mobilizações e bloqueios. O que caberia seria denunciar o papel que cumpre e que cumprirá o Congresso.

É uma farsa mencionar consignas sobre salário, aposentadoria, moradia, etc. A campanha eleitoral não é o terreno para levantar reivindicações. É o terreno para fazer propaganda política, para expressar ideias, para mostrar que a burguesia não tem ideias sobre como transformar a Argentina.

A FET é um obstáculo para a política da classe operária. Não só por seu divisionismo brutal nas fileiras da vanguarda e suas disputas de aparato, mas também por se travestir de trotskistas, por abandonar os princípios de classe. A presença de valiosos lutadores em suas chapas contribui para a confusão. A unidade da vanguarda deve construir-se em outros termos, com um programa, com outros métodos de construção e com uma política revolucionária para intervir nas eleições.

A burocracia sindical se coloca como garantia de governabilidade

Conscientes de que qualquer um que ganhe as eleições fará um ajuste contra as massas, os burocratas postulam e procuram parecer como fortes capazes de garantir o ajuste e que eles saberão controlar os trabalhadores. Aproximam-se dos candidatos para ver o que oferecem. Querem capturar postos-chaves no futuro governo como Ministro do Trabalho ou a pasta de Obras Sociais, lugares que lhes permitam ter acesso a todo tipo de regalias. Tanto

Macri como Scioli prometeram que defenderão o “modelo sindical para frear a extrema-esquerda”.

Antonio Caló já havia lançado, sem o consentimento dos demais sindicatos, a proposta de estruturar um “Pacto Social”, e naufragou somente por ser inoportuna. O burocrata ferroviário Maturano disse “Que ganhe Scioli ou Macri não muda nada se o movimento operário não ajudar. A paz social vai ser garantida pelos trabalhadores, vamos ser pacientes, mas não vamos esperar quatro anos” (*La Nación*). Os mais “gordos” insistem que este é o momento para unificar as CGT. Acreditam que assim terão mais força para negociar com o futuro governo. Antonio Caló que resistia à unidade será obrigado a negociar, sobretudo depois da derrota de seus candidatos nas eleições.

O *Diário de A Nação* sugeriu que Moyano apoiasse mais abertamente a candidatura de Macri, “os negócios que os unem são a coleta de lixo no distrito, os milionários depósitos a prazo que mantêm o sindicato no Banco Cidade e o patrocínio do mesmo banco ao clube independente” (do qual Moyano é Presidente).

A maioria da burocracia da CGT já havia se agrupado na “Mesa Sindical” para apoiar a candidatura de Scioli. A UOM de Caló - secretário geral da CGT oficialista - perdeu as prefeituras de seus companheiros Gutierrez (Quilmes) e Curto (Tres de Febrero). A CTA “dos trabalhadores” já declarou em público o seu apoio a Scioli.

Chamamos a anular o voto com a política da classe operária

Não vamos votar nos candidatos do grande capital e do imperialismo. Intervimos nas eleições com esta política, a política da classe operária, e colocamos todas as nossas forças para combater toda ilusão de que é possível reformar o capitalismo, de que nossas reivindicações podem ser resolvidas sem colocar abaixo a ditadura do capital. A batalha é dura porque as massas estão presas às ilusões democráticas.

Votamos pela construção do partido revolucionário da classe operária, única forma de conquistar a independência política. O partido que inscreve em seu programa a estratégia da revolução e ditadura do proletariado. O partido que afirma que seu objetivo é o comunismo, a sociedade sem classes, para acabar definitivamente com a exploração do homem pelo homem. Este partido será o estado-maior da classe operária, será um partido de quadros formados nas ideias da classe operária. Somente se a classe operária se independizar ideologicamente e construir o seu partido, poderá dirigir a maioria explorada para lutar pela libertação da nação oprimida.

Pitrola não reivindica o comunismo

Pitrola é um dos dirigentes mais conhecidos do Partido Obreiro (PO) e da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FET) e acaba de ser eleito deputado pela província de Buenos Aires.

No programa de Mirtha Legrand, de dia 18 de outubro, Néstor Pitrola teve amplo espaço para intervir. Destacamos uma pergunta da apresentadora:

Seguindo as palavras de Pitrola “Nós reivindicamos o verdadeiro socialismo, para acabar com a desigualdade social, a opressão do homem pelo homem, as guerras...”

Pergunta Legrand: “Qual a sua relação com o comunismo?”

Responde Pitrola: “**NENHUMA**. Nasci lutando contra os partidos comunistas. Assim me integrei ao *Partido Obrero* daquela época. O Partido Comunista hoje está com o governo kirchneris-

ta. Não existe mais. Em outros lugares do mundo, mudaram de nome, estão assimilados ao regime capitalista. Nos custou anos de luta política e ideológica e hoje a FET ganhou o lugar como uma esquerda autônoma, uma esquerda dos trabalhadores e não uma esquerda que quer ter acesso ao poder se aliando com ele, ou com o kirchnerismo ou com a centro-esquerda, que é o que se passou na Argentina”.

Mirtha Legrand não perguntou sobre o Partido Comunista. Perguntou se as afirmações que fazia Pitrola estavam relacionadas com a ideologia comunista. E Pitrola respondeu que não tem nenhuma conotação ideológica comunista. Se a parte confessa os fatos deixam de ser controversos, como gosta de repetir Altamira imitando os advogados.

Argentina

Publicamos abaixo o manifesto do Partido Operário Revolucionário da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O POR da Argentina, como o do Brasil, por seu desenvolvimento embrionário, não tem como impor à burguesia a sua legalização, como resultado da luta de classes. Isso explica porque na atual situação se colocou pelo voto Nulo, em defesa da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. Mais uma vez não teve como apoiar as candidaturas das Frente de Esquerda, que insistem no oportunismo democratizante e na negação da estratégia da revolução e ditadura proletária.

25 de outubro, eleição para presidente, governadores e deputados

Não vote nos candidatos patronais! São candidatos da exploração capitalista! Anule o seu voto com o programa revolucionário da classe operária!

Os partidos e candidatos representam uma classe social. Embora digam que vão governar para todos, construir milhares de casas, melhorar a saúde e a educação, aumentar os salários e aposentadorias, e tantas maravilhas, o essencial é o que não dizem: que garantirão a grande propriedade dos capitalistas, que farão todo o possível para que tenham a maior rentabilidade, que lhes facilitarão todos os negócios.

Os principais candidatos, os que aspiram a chegar à presidência, pertencem a partidos que defendem expressamente o capitalismo, sua ordem social, a exploração do trabalho.

Os partidos e candidatos que defendem a ordem capitalista não podem mais do que refletir, à sua maneira, a classe burguesa que representam: **Uma classe burguesa parasitária, responsável de que o país continue sendo uma semicolônia.**

A presença das multinacionais dominando a economia não para de aumentar, cada vez têm mais ingerência. Até há setores que reclamam que abrandou o processo de desnacionalização das empresas, não estão entrando capitais do exterior para apoderar-se das melhores empresas que permanecem em mãos locais. Queixam-se porque não podem remeter para o exterior os capitais como em outros tempos. Centenas de empresários têm sido denunciados por suas contas e propriedades no exterior não declaradas, e nada acontece. Todos aceitam continuar pagando a dívida externa fraudulenta que tem sido uma via para o saque do país, e ainda queriam chegar a um acordo com os fundos abutres para facilitar o acesso ao capital financeiro internacional. A burguesia é uma classe antinacional, entreguista, que escancara a porta para a exploração de nossos recursos, concedendo todo tipo de vantagens ao capital estrangeiro.

É uma classe corrupta. Não é uma particularidade de tal go-

Os revolucionários, marxistas-leninistas-trotskistas, reivindicam o socialismo científico, **somos COMUNISTAS**. O Manifesto Comunista faz parte de nosso programa. E proclamamos com orgulho nosso comunismo contra a camarilha criminoso que utilizou a bandeira do comunismo para destruir as conquistas revolucionárias e abrir caminho para a restauração capitalista.

E justo no programa de Mirtha Legrand, aqui-reacionária, que reivindica a ditadura genocida, Pitrola renega o comunismo. Entendeu muito bem a pergunta que a apresentadora lhe fez. Era consciente do que estava respondendo. Tinha preparado essa resposta.

O caminho de abandono do marxismo por parte do *Partido Obrero* vai se completando.

verno ou partido. São todos corruptos, não têm como ocultar suas negociatas, suas fortunas. Roubam para eles ou para as empresas que representam. Na época dos monopólios, onde quase não restam vestígios da livre concorrência entre os capitalistas, tudo se “arranja”, tudo se “negocia”. Capturar o aparato de Estado, seja nacional, provincial ou municipal é uma oportunidade para aproveitar-se das obras públicas superfaturadas, para inventar contratos, para apoderar-se de uma parte dos subsídios, aquele que controlar as empresas ganha poder para seus negócios, quem tem o poder para manter licenças ou permissões cobra por sua assinatura, etc. Assim funciona o Estado em todos os níveis. Raras vezes saem ao sol com suas roupas sujas, tratam de cobrir-se muito bem. Somente quando a disputa pelo controle do Estado é feroz aparecem algumas denúncias que não resultam em nada.

É uma classe antioperária. Por isso nenhum dos candidatos menciona como acabar com o desemprego, com o trabalho informal, como se estabelecerá um salário e aposentadorias que garantam uma vida digna para as pessoas, como se resolve o drama habitacional, só para mencionar alguns temas que preocupam a imensa maioria da população.

O Congresso é uma cova de parasitas, 90% deles nem são conhecidos, não sabemos o que fazem, o que elaboram. Mas sabemos que sua função é ajudar a alimentar a ideia de que existe democracia, que todos estamos representados ali. E temos de dizer que não será o Congresso quem resolverá nossos problemas, nem os mais simples.

Dizer que não votamos nos candidatos patronais porque eles vão fazer um ajuste é um frágil argumento. Não votamos neles porque são parte de uma classe que destrói o país, que o tem entregado, que é incapaz de resolver o que não fez em 200 anos, nem quando teve possibilidades de fazê-lo. Não votamos neles porque

estão contra a Nação e contra os trabalhadores.

A esquerda democratizante faz um papel lamentável nas eleições, incapaz de defender algo que vá além do plano sindical ou democrático. Por isso, não chamamos a votar nela, ainda que em suas listas tenham valiosos lutadores.

Precisamos de uma política de outra classe:

Somente a classe operária pode realizar a libertação da Nação oprimida, rompendo todas as correntes que prendem a Nação oprimida ao imperialismo.

Somente a classe operária recuperará para a Nação todos os recursos, minérios, petróleo, energia, mares, siderurgia, expropriando os capitalistas.

Somente a classe operária cumprirá com a tarefa de nacionali-

Bolívia

O leilão dos recursos naturais para atrair investimentos

As multinacionais não levam a sério os discursos demagógicos dos governantes sobre uma nova Bolívia próspera, com estabilidade social e política que garanta segurança jurídica aos investidores. Por outro lado, é um obstáculo para os investimentos a queda de preços das matérias-primas no mercado mundial. Por isso, o governo entreguista do MAS oferece incentivos extraordinários para que as multinacionais se animem a investir na extração e exploração de hidrocarbonetos.

A milionária “cúpula”, organizada em Nova York, onde se pretendia pintar a imagem de uma Bolívia próspera e com o maior crescimento econômico do continente, de uma Bolívia que goza a estabilidade social e política que garante a estabilidade jurídica aos investidores estrangeiros, etc., não conseguiu a avalanche das multinacionais tentadas a investir nos diferentes ramos da economia nacional. Imediatamente após, Evo Morales e sua comitiva de entreguistas organizaram uma peregrinação pela velha Europa, com o mesmo propósito. Repetiu-se a mesma ladainha da “nova Bolívia” que, em meio à espantosa crise estrutural do capitalismo, é mostrada como uma exceção, quase como a ilha da fantasia, onde não fazem eco os tormentos que estão vivendo o resto dos países do mundo, sacudidos pelos efeitos da crise.

Os especuladores, antes de dispor o dinheiro em um negócio, se asseguram de quais são as reais vantagens, se realmente existe estabilidade econômica, social e política, que lhes garanta um negócio seguro sem contratemplos, nem sobressaltos. Eles têm seus próprios canais de informação seguros e não precisam depender dos discursos demagógicos dos governantes, como de Evo Morales. Estão a par do crescente mal-estar social no país, que se volta contra o governo entreguista, corrupto e mentiroso.

Além das condições internas, existem outras vinculadas ao comportamento do mercado mundial atualmente determinadas pela recessão industrial nos países altamente desenvolvidos que, como consequência direta, tem gerado uma drástica queda na demanda de matérias-primas e uma superoferta das mesmas com a consequente e inevitável queda dos preços dos minerais e dos hidrocarbonetos (principais ramos que tradicionalmente são a coluna vertebral da economia nacional). Nestas condições, torna pouco atrativo investir na Bolívia quando o comportamento demasiadamente instável dos preços não lhes garante um negócio seguro,

zar toda a terra que está nas mãos dos latifundiários.

Somente a classe operária no poder nacionalizará os bancos e o comércio exterior.

Lutamos por um governo operário e camponês, expressão de todos os oprimidos da cidade e do campo, que será produto de uma revolução social, que deverá ser popular, que abarcará as mais amplas massas, que se porão em pé com seus próprios órgãos de autogoverno.

Estas ideias não estão presentes em nenhuma das listas, porque nestas eleições os revolucionários não têm candidatos, nossas ideias não estão representadas. Por isto:

Anule seu voto pela construção do Partido da revolução socialista!

(Jornal Massas, nº 306, outubro de 2015, POR-Argentina)

a longo prazo e lucrativo.

O governo desesperado, para conseguir grandes investimentos, oferece incentivos totalmente entreguistas, cada vez mais vantajosos para as multinacionais. O projeto de Lei 319 de Promoção para o Investimento em Extração, Exploração Hidrocarbonífera propõe destinar 12% do IDH ao fundo de incentivo às multinacionais, que receberão a partir de 30 dólares até 55 dólares por barril de petróleo produzido.

Segundo o Ministro de Hidrocarburetos, Luís Alberto Sánchez, se havia conseguido o compromisso de investimento de dois grandes grupos multinacionais, TOTAL e BRITISH GAS, por 1,5 bilhão de dólares em extração e exploração de hidrocarbonetos.

Assim, a custa de rifar o nosso principal recurso estratégico, o governo procurar amenizar os efeitos da queda de preços dos minerais e dos hidrocarbonetos com investimentos que gerem uma maior produção e que traduza em maiores divisas ao país.

Esta política do governo, desesperadamente pró-imperialista, põe em evidência a falácia de que, com a suposta “nacionalização dos hidrocarbonetos” o controle da cadeia produtiva hidrocarbonífera teria passado para as mãos do Estado e já não estaria nas das “sócias” multinacionais. O certo é que a YPFB não tem capacidade para extrair e explorar soberanamente os hidrocarbonetos, está totalmente submetida às decisões das multinacionais, de acordo com os benefícios que obtenham, em detrimento dos interesses nacionais.

Em resumo, o governo burguês de Evo Morales está condenado a reforçar as cadeias de submissão do país aos interesses do imperialismo, continuar descarregando o peso da crise capitalista nas costas dos explorados e oprimidos. Continuará utilizando o chicote dos impostos para permitir o funcionamento do aparato estatal e o cumprimento de suas obrigações sociais, como o pagamento de soldos, a manutenção da política especuladora, a permanência de um regime salarial de fome, etc.. Continuará cortando os recursos da educação e da saúde, com a consequente deterioração destes serviços, continuará reduzindo os recursos dos governos estaduais, que redundará na paralisação dos projetos que já estão em execução, no aumento do desemprego, etc.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2425, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

De Buenos Aires acompanhamos a assistência médica ao dirigente estudantil Jhon Copaga e sua família

Os companheiros e amigos de Jhon acompanham a ele e sua família, em Buenos Aires, exigindo que receba a melhor atenção possível, exigindo do Consulado boliviano que cumpra com a promessa do Governo da Bolívia de dar a melhor atenção possível ao transferi-lo a Buenos Aires. O companheiro tem um dano cerebral irreversível, que resultou de um ataque policial na violenta repressão exigida pelas autoridades da Universidade Maior de San Simón (UMSS) e executada pelo governo da Bolívia.

Jhon Copaga é dirigente estudantil, Secretário Geral da Federação Universitária Local (FUL) da UMSS, Cochabamba, Bolívia. No dia 28 de julho, recebeu um disparo a queima roupa de uma bomba de gás lacrimogênio, lançada pela polícia da Bolívia, que estourou em sua cabeça, colocando-o em coma. Em nosso país, foi assassinado com o mesmo método policial o professor Carlos Fuentealba.

O ataque se deu no marco de uma luta que começou quando em maio deste ano o Conselho Universitário da UMSS resolveu titularizar todos os professores interinos sem o prévio exame de competência, violando os estatutos da universidade. Isto provocou uma paralisação estudantil, com mobilizações, que durou três meses. Neste tempo, o governo do MAS e as autoridades da universidade trataram que quebrar o movimento estudantil. Centenas de estudantes presos, encarceraram o Secretário Executivo da FUL, Jarlín Coca, bate paus contratados golpearam os estudantes, arrancaram a guarda da filha adotiva de uma dirigente estudantil, Márcia Torrico. Hoje, há 4 estudantes de base presos e a Justiça encurrala com processos os dirigentes da mobilização.

A partir da pressão estudantil e da população, as autoridades



da universidade e o governo boliviano se comprometeram a oferecer melhor atenção médica possível a Jhon. O companheiro foi transferido para Buenos Aires, em 22 de setembro. Depois de exigir melhores cuidados médicos, no dia 3 de novembro, foi transferido para uma Centro de Reabilitação em Mar del Plata, tendo em vista que o companheiro não estava tendo a devida atenção. O companheiro já tem um diagnóstico de dano cerebral irreversível. Exigimos que Jhon receba a melhor atenção médica para que tenha uma melhor qualidade de vida.

Força Jhon; força a sua família

Tua luta por um mundo melhor, com firmeza e princípios é nosso exemplo

(Extraído do Jorna Massas, nº 307, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Palestina:

Os explorados têm de avançar na luta antiimperialista e anticapitalista

Nas últimas semanas, cresceu a violência reacionária do governo sionista contra os palestinos. As Forças da Defesa de Israel (FDI) foram ordenadas a disparar sem qualquer aviso prévio e recomeçaram os bombardeios contra a Faixa de Gaza. A justificativa é sempre a mesma: resposta aos foguetes lançados contra as colônias judias.

Benjamim Netanyahu constituiu em Israel uma “Corte Especial contra o Terrorismo”, objetivando processar sumariamente e sem qualquer garantia jurídica mais de 1.500 presos palestinos, assim como executar demolições de moradias e comércios de suas famílias. Bairros inteiros foram transformados em campos de concentração, bloqueados militarmente e a juventude palestina, massacrada. São 70 os assassinados e 2 mil os feridos (760 por impactos a bala, mais de 1.500 a bala de borracha e 250 por queimaduras de gases e espancamentos). O desequilíbrio de forças é visível: 10 israelenses foram mortos por ataques a faca.

As garantias jurídicas, políticas e democráticas aos palestinos israelenses foram abolidas de fato. A democracia sionista é uma máscara ao terrorismo de Estado, necessários para saquear o povo palestino e quebrar a resistência da nação oprimida. Não pode

haver a menor dúvida de que o sionismo se mantém graças ao genocídio. O fundamental dessa constatação está em que opressão nacional e social avança sobre toda a vida econômica e política dos territórios ocupados. Eis o fundamento nacional e social da revolta da população palestina, que desta vez ainda comparece na forma de protestos de ruas e ataques individuais contra judeus.

Tendências e contradições presentes na situação

Uma retomada dos confrontos poderá projetar as tendências internas do movimento de resistência e se transformar em uma nova Intifada. A revolta palestina ocorre em uma situação de agravamento do intervencionismo imperialista na Síria e em toda a região. A retomada da guerra colonialista contra a Palestina poderá potencializar o ódio das massas árabes ao imperialismo e ao sionismo. Os Estados Unidos manobram para que o governo da Cisjordânia e o da Jordânia atuem em favor da desativação da luta palestina.

Tudo indica que a via das negociações, no entanto, está fadada ao fracasso. A juventude que se rebela não se submete à organização Al Fatah e desconfia do Hamas. O governo de Abbas (Al Fatah) traiu a bandeira do Estado Palestino e os interesses de milhões de

emigrados palestinos que querem voltar a suas terras. O Hamas, por sua vez, não tem perdido a ascendência sobre a juventude oprimida dos territórios ocupados. A experiência tem mostrado que o Hamas se nega a armar a população. O confronto permanente com os sionistas demonstrou sobejamente que a nação oprimida não vencerá com os métodos da guerra regular. A população armada tem como utilizar as vantagens da guerrilha. As lutas revelam que o regime de conciliação e submissão pacífica de Fatah está em crise, de um lado, e que o Hamas se encontra em um impasse por não se erguer como direção nacional das massas palestinas, de outro.

O governo da Jordânia, por sua vez, se acha diante de uma rebelião de milhares de refugiados sírios e palestinos enclausurados em centenas de campos de refugiados. Exigem que o país apoie a

luta dos palestinos e rompa com o governo sionista.

É importante destacar que o atual movimento da juventude e os ataques individuais contra civis e membros das FDI tem por motivo o ódio das massas oprimidas ao colonialismo da burguesia judia. Os ataques individuais com facas e outras armas precárias comparecem como terroristas. No entanto, são os meios disponíveis. Os opressores depositam sua sorte no fato dos palestinos não contarem com o armamento popular.

A solidariedade internacional aos palestinos deve estar sob a bandeira da destruição do Estado sionista de Israel e da constituição de um Estado socialista que unifique a Palestina, que garanta o livre desenvolvimento de árabes e judeus. Coerente com a defesa dessa tarefa revolucionária, coloca-se o armamento geral dos oprimidos.

Em defesa do povo palestino

No dia 6 de novembro, realizou-se o segundo ato em apoio à luta dos palestinos. Foi organizado pela Frente em Defesa do Povo Palestino. A concentração ocorreu em frente à Rede Globo. A passeata se dirigiu ao Consulado de Israel. Abriu-se o microfone para as organizações pressentes se manifestarem. O POR compareceu no ato com um manifesto e se pronunciou na concentração em frente ao Consulado.

De um lado, a mobilização se caracterizou pelo pacifismo das consignas gerais e pela bandeira dos direitos democráticos. De outro, pela defesa da resistência, pelo apoio a uma nova Intifada e pela libertação do brasileiro-palestino Islam Hamed, preso político dos sionistas.

O ato mobilizou principalmente refugiados e imigrantes palestinos. Nota-se que existe um bloqueio das organizações a realizarem atos massivos e combativos. A CSP-Conlutas e ANEL compareceram com uma dúzia de militantes. A CUT enviou apenas um representante. Nenhuma das centrais sindicais mobilizou seus filiados e militantes. Foi sintomático o fato de apenas o POR comparecer com um manifesto e alguns dos presentes se disporem a distribuí-lo.

Essa situação ressalta perante os avanços de novas medidas de exceção contra a população palestina, da militarização da vida social e política nos bairros palestinos e do aprofundamento da vio-

lência reacionária e do terrorismo de Estado do governo sionista de Netanyahu. E aconteceu, aliás, no quadro das movimentações da comunidade judia e sionista do Brasil, no dia 11 de novembro. Nelas, as palavras de ordem destacaram a defesa do Estado de Israel, contra o terrorismo (palestino) e “pela paz”.

Em seu pronunciamento, o POR manifestou seu apoio incondicional à resistência e às ações dos palestinos. Assinalou a necessidade de projetar as tendências de luta presentes nas massas em guerra nacional contra a opressão sionista, através do armamento geral da população. Afirmou que, por essa via, os oprimidos da Palestina avançariam na tarefa da destruição do Estado sionista, o que seria um grande passo no objetivo estratégico de expulsar o imperialismo do Oriente Médio. Assim, indicou, se colocariam as bases de um amplo movimento antiimperialista das massas árabes. Embora defendesse no ato o direito dos palestinos a reivindicarem seu próprio Estado, destacou que somente a destruição do Estado sionista e a constituição de uma República Socialista na Palestina criariam condições para que acabasse a opressão nacional e social. Por último, chamou a atenção dos presentes sobre a necessidade de superar a crise de direção mundial do proletariado, avançando a tarefa de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista (a IV Internacional), projetando no seio dos explorados e oprimidos árabes a bandeira dos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio.

Governo de Tsipras (Syriza) enfrenta sua primeira greve geral

Mais de 25 mil pessoas marchando em diferentes protestos em Atenas, convocados por sindicatos, e 70% de paralisação dos serviços públicos indicam uma forte adesão à greve geral, convocada para o último dia 12/11 em protesto contra as “medidas de austeridade” do governo Tsipras. A greve foi contra o novo aumento de impostos e mais cortes de gastos públicos, em especial da previdência.

Essa foi a primeira greve geral contra o governo do primeiro-ministro Alexis Tsipras, do Syriza, que foi reeleito em setembro com a promessa de diminuir o impacto das medidas de austeridade, mas que logo revelou seus planos de intensificá-las.

A greve de 24 horas, convocada por sindicatos dos setores público e privado, afetou os voos domésticos, os sistemas de saú-



de e educação, repartições públicas e o transporte coletivo, incluindo ônibus e metrô. Escolas, museus e pontos turísticos amanhecaram fechados. Hospitais e farmácias só atenderam emergências. Emissoras de televisão e rádio cancelaram a programação jornalística.

Em Atenas, uma marcha de um sindicato dirigido pelo Partido Comunista reuniu 15 mil pessoas; enquanto quatro mil ou mais participaram de uma outra manifestação sindical e outras cinco mil

se juntaram em um protesto organizado por grupos anarquistas. Além disso, houve outra grande mobilização, com ao menos dez mil, em Thessaloniki - a segunda maior cidade do país.

A polícia reprimiu a manifestação na praça Syntagma, localizada em frente ao Parlamento. Um grupo respondeu ao lançamento de gás lacrimogêneo pelos policiais com coquetéis molotov.

Cerca de um quarto da população está desempregada. Após cinco anos de medidas de ataques aos salários, empregos e direitos, desde o primeiro pacote de resgate em 2010, os gregos vinham desenvolvendo o enfrentamento das medidas de austeridade pela ação direta. Em janeiro, foram desviados para a via eleitoral, elegeram o Syriza acreditando no discurso de renegociação com o capital financeiro europeu e contra a chantagem de exclusão da Grécia da zona do Euro.

Mas o eleito primeiro-ministro Tsipras negociou com os credores um acordo ainda pior que seus antecessores, gerando uma crise em seu partido, que chegou a se dividir. Renunciou em agosto, convocando novas eleições em setembro, utilizando-as para se fortalecer no parlamento e assim implantar as imposições do im-

perialismo. Agora, despeja mais um pacote de ataques às massas em nome da negociação com a troika (a União Europeia (UE), o Banco central europeu e o Fundo Monetário Internacional - FMI).

O forte índice de adesão à greve geral indica que uma parcela crescente dos explorados gregos se desloca do Syriza e volta para a ação direta. Certamente, não se deve afirmar que as massas superaram as ilusões democráticas. Manifestam-se ainda no quadro do governo Syriza. A ausência do partido revolucionário, sem dúvida, dificulta e retarda a evolução política do proletariado grego e das massas. A rica experiência da luta de classes neste país europeu serve ao trabalho de reconstrução da IV Internacional, o que coloca à vanguarda consciente a construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Continuamos com a publicação de textos de León Trotsky, que nos parecem mais desconhecidos e que nos ajudam a melhor compreender a doutrina marxista como um guia para a ação revolucionária. O trabalho de construção do partido exige que se formem quadros que dominam a teoria e os métodos da análise. Por outro lado, o marxismo está em constante choque com as doutrinas burguesas, referentes à economia, à história e à luta de classes. Notamos uma tremenda regressão provocada pela degeneração estalinista dos partidos comunistas e a restauração capitalista, que avança sem cessar. O recuo político, ideológico e organizativo do proletariado em nível mundial e a projeção da classe média urbana nos acontecimentos da luta de classes ensejam todo tipo de distorção, de falsificação e de revisionismo. O estudo sistemático e rigoroso das conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo é imprescindível para construir o partido de quadros em meio a enorme confusão e dispersão da vanguarda.

Este artigo, muito breve, refuta as distorções de um professor, Sr. Sidney Hook, que se utilizou do acesso ao jornal The Nation (A Nação) para divulgar inverdades sobre o marxismo. É próprio dos intelectuais da pequena burguesia se arvorarem a pensadores sem ter os pés fincados na realidade, de forma que seu cérebro pode perfeitamente girar no ar. Destacamos a seguinte colocação de Trotsky: “em última instância, todo o conhecimento científico – e não somente no terreno da medicina – surge das necessidades práticas e serve a essas necessidades práticas”.

O marxismo como ciência (1)

A Sidney Hook

Estimado professor Hook

Li com interesse seu artigo publicado em *A Nação*. O mesmo me suscitou algumas dúvidas.

- 1) O título de seu artigo – O marxismo: dogma ou método? – me causa certa inquietude. Essa alternativa não esgota o problema. O marxismo não é um dogma, mas tampouco é *unicamente* um método; é, também, uma doutrina. A dialética materialista é um método. Mas Marx não se limitou a formular esse método, mas sim o aplicou em dois terrenos ao criar a teoria da economia capitalista (ciência) e a teoria dos processos históricos (a “filosofia da história” ou, mais precisamente, a ciência).
- 2) Você termina o seu artigo com a seguinte frase: “(o marxismo) não é um dogma, nem mito, nem ciência objetiva, mas um método realista para a ação de classe”. O que significa aqui a palavra “realista”? Objetivamente, se baseia no verdadeiro conhecimento real dos processos objetivos – em todo caso sociais –; o conhecimento do objetivo é uma ciência. A política marxista é realista na medida em que se baseia no marxismo *como ciência*.
- 3) Você diz que é tão fácil compreender a doutrina marxista independentemente de seus objetivos revolucionários como compreender as receitas de um médico independentemente do problema da saúde. Esta comparação é válida unicamente dentro de certos limites. O único médico capaz de fazer receitas úteis é aquele que baseia sua ação na anatomia, na fisiologia, na patologia e em toda uma série de ciências objetivas. Como é possível separar a prática realista da teoria científica? Em última instância, todo conhecimento científico – e não somente no terreno da medicina – surge das necessidades práticas e serve a essas necessidades práticas.

11 de abril de 1933 – León Trotsky

- 4) Você disse: “Dos postulados teóricos desta *ciência* do marxismo resulta que a oposição revolucionária à guerra mundial de 1914 era utópica, porque a guerra e a psicologia da guerra derivaram inevitavelmente do conjunto de fatores socioeconômicos da época”. Esta contraposição me é incompreensível. A luta contra a guerra seria “utópica” porque a guerra surge inevitavelmente das circunstâncias objetivas. Em primeiro lugar, as ideias utópicas também surgem das circunstâncias objetivas. Em segundo, a luta contra os acontecimentos “inevitáveis” não é necessariamente utópica, porque os acontecimentos “inevitáveis” se encontram limitados no tempo e no espaço. No caso particular da guerra, este acontecimento historicamente “inevitável” resultou “utópico” para o objetivo que perseguia, pôr fim ao impasse imperialista.

5) Você afirma: “O erro mais grave de Marx foi não atribuir maior importância aos coeficientes temporais do processo”. Esta colocação é justa com relação a muitos marxistas vulgares, sobretudo da época da Segunda Internacional, mas é absolutamente errônea em relação ao próprio Marx.

Quando as circunstâncias me permitirem, voltarei sobre esse tema para tratá-lo de maneira mais extensa; por enquanto, recebo minhas saudações fraternais.

L. Trotsky

-
- (1) *O marxismo como ciência*, *A Nação*, 5 de julho de 1933. O artigo *O marxismo: dogma ou método?* Apareceu na edição de 15 de março do mesmo diário. A edição de 5 de julho também publicou os comentários de Hook à resposta de Trotsky.

(Extraído da Escritos, de León Trotsky, tomo IV, vol.2, 1932-1933, editorial Pluma)